

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
GRADUAÇÃO EM DIREITO

LARISSA ANSELMO DOS SANTOS

**ANIMAIS NÃO HUMANOS: SUJEITOS OU OBJETOS DE DIREITO? UMA
CRITICA DESCOLONIAL AO ANTROPOCENTRISMO JURÍDICO.**

CRICIÚMA
2018

LARISSA ANSELMO DOS SANTOS

**ANIMAIS NÃO HUMANOS: SUJEITOS OU OBJETOS DE DIREITO? UMA
CRITICA DESCOLONIAL AO ANTROPOCENTRISMO JURÍDICO.**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof^a. Ma. Débora Ferrazzo.

CRICIÚMA

2018

LARISSA ANSELMO DOS SANTOS

**ANIMAIS NÃO HUMANOS: SUJEITOS OU OBJETOS DE DIREITO? UMA
CRITICA DESCOLONIAL AO ANTROPOCENTRISMO JURÍDICO.**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Direito e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 28 de novembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora Prof. Ma. Débora Ferrazzo.

Prof. Me. Aldo Fernando Assunção

Prof. Me. Mateus Di Palma Back

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, que, me fez forte e me iluminou a todo tempo, além de ter colocado em minha vida meus dois presentes divinos, Ozzy e Norah, que estiveram comigo e me contemplaram com sua pureza e imensurável amor, parte do que sou devo aos dois, despertaram em mim o que eu poderia ter de melhor. A partir deles, entendi o quão maravilhoso são os animais, e que seus direitos devem ser reconhecidos e respeitados.

Agradeço a minha família, que sempre me apoiou, renunciaram suas próprias vontades por mim, meu porto seguro, minha força e vontade para seguir em frente, indubitavelmente, sem eles eu não teria chego até aqui. Em especial a minha orientadora da vida, minha amada avó Lourdes, minha melhor mãe/amiga (Andreia), e meu bondoso pai (Douglas).

Agradeço ao meu “namorado”, Paulo Vinicius Savaris, que esteve ao meu lado de forma incansável, me apoiou, ajudou e consolou. Obrigado por acreditar e me incentivar sempre.

Aos meus amigos, que estiveram comigo nesse caminhar, dividindo além das alegrias, ansiedades e frustrações.

Agradeço aos meus colegas de trabalho, em especial ao meu chefe (Clademir), que me acolheu como filha, além de todo aprendizado transmitido na área jurídica, me ensinou a ser um ser humano melhor. Obrigado por todos esses anos.

E, agradeço imensamente a minha majestosa orientadora Débora Ferrazzo, por acolher-me, por toda paciência e dedicação, á ela, minha profunda admiração.

*“A grandiosidade de uma nação e o seu progresso moral, podem ser medidos pela forma com que seus animais são tratados”.
(Mahatma Gandhi)*

*“Chegará o dia em que todo homem conhecerá o íntimo dos animais. Nesse dia, um crime contra um animal será considerado um crime contra a própria humanidade”.
(Leonardo da Vinci)*

RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como tema de pesquisa o direito dos animais não humanos, especificamente a controvérsia em torno do reconhecimento e efetivação de tais direitos no ordenamento jurídico brasileiro. Objetiva-se compreender aspectos relativos à titularidade e tutela de direitos e a dignidade dos animais não humanos. O problema central consiste na possibilidade do enquadramento dos animais não humanos como sujeitos de direito e não como objetos, coisas e/ou propriedade. É preciso afastar a cultura antropocêntrica que se encontra enraizada na sociedade como um todo e também na legislação pátria. Dessa forma, o presente estudo visa desconstruir e superar a visão do nosso ordenamento jurídico que enquadra os animais na categoria de objeto e passar a incluí-los. Desse modo, a pesquisa desse trabalho se desenvolverá pelo método dedutivo, a técnica de pesquisa se centrou em consultas a fontes indiretas, isto é, pesquisa bibliográfica (doutrinas, artigos de periódicos, dissertações) e documentos legais (leis).

Palavras-Chave: Animal não humano; Antropocentrismo; Constituição Federal; ordenamento jurídico.

ABSTRACT

The present monographic work has, as a research theme, the right of nonhuman animals, specifically the controversy surrounding the recognition and enforcement of this rights in the Brazilian legal system. The objective is to understand aspects related to the ownership and protection of rights and the dignity of nonhuman animals. The aim problem consists in the possibility of framing nonhuman animals as subjects of law and not as objects, things and/or property. It's necessary to remove the anthropocentric culture that is rooted in society and in the national legislation. Thus, the present study aims to dismantle and overcome the vision of our system that frames the animals in the category of object, and to include them. In this way, the research of this work will be developed by the deductive method, the research technique focused on consultations with indirect sources, that is, bibliographic research (doctrines, periodicals, dissertations) and legal documents (laws).

Palavras-Chave: nonhuman animals; Anthropocentrism; Constituição Federal; ordenamento jurídico.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 DIREITO DOS ANIMAIS E O ANTROPOCENTRISMO JURÍDICO.	9
2.1 FORMAÇÃO DO POSITIVISMO JURÍDICO	9
2.2 CARATÉR ANTROPOCÊNTRICO DA CULTURA JUSPOSITIVISTA	13
2.3 A REIFICAÇÃO DO ANIMAL NÃO HUMANO	15
3 AS DISTINTAS PERCEPÇÕES SOBRE A TITULARIDADE DE DIREITOS.	21
3.1 ANTROPOCENTRISMO	21
3.2 BIOCENTRISMO	24
3.3 ECOCENTRISMO	28
4 SUBVERSÃO NA ESTRUTURA JUSPOSITIVISTA: RECONHECIMENTO DO DIREITO DOS ANIMAIS	32
4.1 INVERSÃO DISCURSIVA: DIREITO COMO ATO DE VONTADE	32
4.2 ORDENAMENTOS JURIDICOS QUE RECONHECEM O DIREITO DOS ANIMAIS.	35
4.3 POR UMA NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL EM FAVOR DO RECONHECENDO DOS DIREITO DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS	40
5 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Após o processo de “descobrimento” da América em 1492, a visão de mundo se alterou. Passou então de teocêntrica, com a figura do criador do universo no centro do mundo, e, passou a ser eurocêntrica.

Esse marco, do descobrimento da América pelo homem Europeu, impôs uma cisão do homem perante a natureza e consequentemente com os demais seres vivos, pois esse modelo do homem branco europeu considerava aqueles que viviam junto com a natureza, como seres bárbaros, pois em nada se pareciam com os cidadãos das metrópoles civilizadoras, que empregaram o modo de vida capitalista pelo restante do ocidente. Sistema esse que molda as vidas atualmente e que torna os recursos naturais como um bem passível de apropriação.

Dessa forma, ao longo dos anos, os animais não humanos vêm sendo utilizados para diferentes fins em prol dos humanos, desde alimentação, até mesmo a entretenimentos e experimentações, qualificando os animais apenas para servir os seres humanos. Essa visão, de superioridade humana, fez com que o mundo adotasse uma forte posição antropocêntrica, e é por isso que a evolução dos direitos sempre foi construída em prol dos homens, deixando a fauna e a flora em posição abaixo. A visão antropocêntrica vem sofrendo alterações com o passar dos tempos e dos anseios sociais, porém essa concepção ainda está no âmago das legislações, inclusive na atual Constituição Brasileira.

Diante o exposto, no decorrer deste trabalho tem-se o intuito de discorrer sobre a visão e a construção ocidental acerca dos animais não humanos e a possibilidade de transcender esse marco antropocêntrico, reconhecendo direitos aos animais não humanos, pois tal respeito e reconhecimento aos diferentes tipos de vida é algo que deve ser buscado e evoluído, para o melhor desenvolvimento do mundo, harmonizando a existência do homem com a natureza.

Não é mais possível permitir, na atualidade, que os animais não humanos sejam vistos como meros objetos e que a sua sensibilidade, sua personalidade e o sofrimento que lhes é infligido sejam desprezados. Assim, se faz necessário uma revisão do *status* jurídico dos animais, é preciso que o ordenamento jurídico pátrio acolha as mudanças que tem surgido num contexto de evolução social. Sendo assim, busca-se o reconhecimento dos animais como sujeitos de direito para efetivamente protegê-los e garantir seus direitos.

Assim, a importância social desse trabalho constitui-se em trazer reflexões, acerca da problemática de que os animais não humanos no ordenamento jurídico pátrio ainda são considerados bens, coisas, mas sabe-se que são aptos a sentir, que ambientalmente possuem suas funções, e socialmente possuem uma grande ligação com as pessoas, fazendo parte das famílias. Apesar do paradigma antropocêntrico construído deve-se frisar que o direito a vida não é inerente, exclusivo somente aos homens. Cumpre-se fazer uma construção que conheça a pluralidade do âmbito social brasileiro, possibilitando uma expansão, trazendo a devida atenção ao direito dos animais.

Busca-se demonstrar, a partir da crítica descolonial ao antropocentrismo a possibilidade de reconhecer direitos aos animais não humanos, examinar a construção antropocêntrica, no âmbito do juspositivismo e a ocultação dos direitos dos animais não humanos. Analisar as distintas concepções, com ênfase na evolução do direito dos animais. E, verificar a possibilidade de subverter a estrutura antropocêntrica do direito positivo para viabilizar direitos dos animais não humanos.

Desse modo, a pesquisa desse trabalho se desenvolverá pelo método dedutivo, a técnica de pesquisa se centrou em consultas a fontes indiretas, isto é, pesquisa bibliográfica (doutrinas, artigos de periódicos, dissertações) e documentos legais (leis).

No primeiro capítulo, será analisada a formação do positivismo jurídico, calcado no antropocentrismo, e como ficou a reificação do animal não humano no âmbito jurídico.

No segundo capítulo, serão analisadas as distintas percepções dos animais não humanos, teorias que surgiram contra e a favor os direitos dos animais, sob o enfoque o antropocentrismo, biocentrismo e o ecocentrismo.

E por fim, no terceiro capítulo faz-se mister entender como a ordem jurídica brasileira se posiciona quanto a esse paradigma animal. E como o direito deve e pode ser alterado com a modernidade. A Constituição Federal de 1988, com seu artigo 225 da Constituição Federal, enruste objetivos antropocêntricos, mas com a possibilidade de uma nova hermenêutica para a sociedade atual.

2 DIREITO DOS ANIMAIS E O ANTROPOCENTRISMO JURÍDICO.

Nesse capítulo pretende-se analisar a origem histórica do juspositivismo, sua inserção no ordenamento jurídico pátrio, pautando-se no antropocentrismo, visto que no curso da modernidade, o homem foi dominando e colonizando o mundo, considerando-se superior, usando os animais em prol de si mesmo, enfim, colocando-se a cima de tudo. Na descrição desse processo, propõe-se uma abordagem mais teórica para permitir a compreensão de alguns pressupostos do juspositivismo que repercutem em diferentes ordens jurídicas. Tais ordens serão analisadas no capítulo seguinte, com enfoque mais técnico-descritivo, por isso, a necessidade de uma revisão teórica antecedendo.

2.1 FORMAÇÃO DO POSITIVISMO JURÍDICO

Neste item faz-se uma descrição dos aspectos da cultura jurídica dominante no ocidente, mostra-se a formação e a influência no ordenamento jurídico, o positivismo jurídico, que é o direito posto, é o contrário do direito natural.

Dessa forma, Norberto Bobbio (1995, p. 15), um dos maiores pensadores do século XX, ensina a respeito da expressão, do significado de Positivismo Jurídico:

A expressão “Positivismo Jurídico” não deriva daquela de “positivismo” em sentido filosófico, embora no século passado tenha havido uma certa ligação entre os dois termos, posto que alguns positivistas jurídicos eram também positivistas em sentido filosófico: mas em suas origens (que se encontram no século XIX) nada tem a ver com o positivismo filosófico – tanto é verdade que, enquanto o primeiro surge na Alemanha, o segundo surge na França. A expressão “Positivismo Jurídico” deriva da locução direito positivo contraposta à aquela de direito natural.

Em relação ao conceito de Positivismo Jurídico, César Luiz Pasold (2008, p. 209), mencionando as palavras do italiano, Norberto Bobbio da seguinte maneira “[...] por Positivismo Jurídico entende-se aquela teoria do direito segundo qual não existe outro direito a não ser o positivo, que é aquele observado de fato num determinado grupo social”.

Assim, Dimitri Dimoulis (2006, p. 68), reporta que ser positivista significa querer, escolher como exclusivo material de estudo o direito posto, afirmado por uma autoridade, possuindo validade.

Bobbio (1995, p. 27) concluiu que o significado histórico do positivismo jurídico é aquele posto, firmado pelo Estado, decorrente das leis.

Nesse sentido também explana Orlando Luiz Zanon Júnior (2015, p. 229-230):

[...] o Paradigma da Ciência Jurídica caracterizado, principalmente, pela separação entre Direito e Moral, formação do Ordenamento Jurídico exclusivamente ou prevalecentemente por regras positivadas, construção de um sistema jurídico escalado só pelo critério de validade formal, aplicação do Direito posto mediante subsunção e discricionariedade judicial.

Positivismo jurídico então, contrapõe o jusnaturalismo, sendo um direito posto, de acordo com cada época.

Segundo, Tatiana de Oliveira Takeda (2018, p. 1), na época clássica, o direito natural era conhecido como direito comum, e o positivo como direito especial ou particular de determinada civilização. O direito positivo prevalecia sobre aquele sempre que ocorressem conflitos, devido ao critério de especialização. Já na Idade Média, a relação entre as duas espécies de direito se inverteu, tornando-se assim o direito natural (ideia de justiça) superior ao direito positivo (ideia de segurança jurídica), mas essa estrutura foi superada, ao passo que o direito natural deixou de ser direito.

Para Bobbio, pelo positivismo jurídico, supprime-se ao direito natural, as ordens vigentes de cada povo foram dando espaço para uma ordem universal, só o direito positivo é direito, assim o direito se torna um só (BOBBIO, 1995, p. 26-27).

Nesses termos, explica Luís Roberto Barroso:

O positivismo jurídico aplica os fundamentos do positivismo filosófico no mundo do Direito, na pretensão de criar uma ciência jurídica, com características análogas as ciências exatas e naturais. A busca de objetividade científica com ênfase na realidade observável e não especulação filosófica apartou o Direito da moral (BARROSO, 2015, p. 274).

Entre os séculos XVI e XVIII o Direito passou a ser mais escrito, ou denominado como direito comum escrito, direito comum a todas as cidades. Além disso, o Direito Romano trouxe a hierarquia entre as fontes de direito. Nesse contexto aparece o Estado absolutista e a necessidade de regras interpretativas, o que culminou em duas novas ressalvas, uma de natureza política e outra jurídica. A primeira (política) dizia sobre a soberania nacional e a separação de poderes, a

segunda (jurídica) a lei como fonte de direito (e não o costume), e o direito como norma posta. A menor influência política no sistema judiciário é uma parte importante para um novo direito, a ciência do século XIX. O direito como principal fonte, traz a instabilidade, a possibilidade de o direito mudar sempre que mudar a legislação, esse verdadeiro estabelecimento da mutabilidade do direito, será o fenômeno da positivação do direito. A crítica do Iluminismo passou a requisitar a valorização dos preceitos legais nos julgamentos, desenvolvendo assim a Escola de Exegese (FERRAZ JÚNIOR, 2015, p.48-50.)

Conforme Melo (2018), a Escola de Exegese consistia na reunião dos juristas da época, que orientavam e aplicavam o Código de Napoleão, buscando-se positivar, usar o direito como controle, pois o direito deveria ser nacional e suprir a ambiguidade. Então, surgiu a codificação, pelo Iluminismo.

Diniz, traz as formulações da Escola de Exegese, explicando que:

A ciência do direito, no século XIX, encontra sua expressão mais característica no exegetismo. Para a escola da exegese, a totalidade do direito positivo se identifica por completo com a lei escrita; com isso a ciência jurídica se apegou à tese de que a função específica do jurista era ater-se com rigor absoluto ao texto legal e revelar seu sentido. Todavia, é preciso não olvidar que o exegetismo não negou o direito natural, pois chegou a admitir que os códigos, elaborados de modo racional, eram expressão humana do direito natural, por isso o estudo do direito deveria reduzir-se à mera exegese dos códigos. Visavam os franceses à construção de um sistema normativo estruturado de acordo com as normas da natureza, com o escopo de assegurar os direitos subjetivos fundamentais do homem, que lhe eram inerentes. O estudo do Código Civil seria a concretização desse ideal jusnaturalista. A lei e o direito constituem uma mesma realidade, pois a única fonte do direito é a lei e tudo o que estiver estabelecido na lei é direito (DINIZ, 2000, p. 50).

Conforme Bobbio (1995, p. 78) “a Escola de Exegese, (...) se limitava a uma interpretação passiva e mecânica do Código”.

O Código de Napoleão entrou em vigor em 1804, na França, sendo considerado o marco inicial do direito positivo, foi aí que surgiu a codificação. O referido código teve muita influência no direito nos últimos dois séculos (BOBBIO, 1995, p. 63)

Durante a Revolução Francesa, nos casos em que a lei demonstrava incerteza, era omissa em determinados assuntos, e o juiz deveria, apenas imaginar a intenção do legislador ao redigir aquela lei. O juiz não podia dizer o Direito, devia apenas aplicá-lo de acordo com o Código. Os operadores do Direito eram submissos

ao legislador, ficavam presos à interpretação literal da lei, pois a lei era certa, não havia espaço para interpretações. Era muito forte o interesse da burguesia na aplicação rígida da lei e na limitação da atividade dos juízes. Os burgueses, ao proclamarem a Assembleia Constituinte e assumirem o Poder Legislativo, se achavam os únicos a redigir o ordenamento jurídico francês. Dessa forma, esse mesmo “povo” que chegou a assumir o Poder Legislativo, se julgava capacitado para redigir as leis e não admitia a intervenção dos três poderes (MAIA NETO, 2006, p. 174).

Barroso (2015, p. 264) explana que: “o juiz é um revelador de verdades abrigadas no comando geral e abstrato da lei. Refém da separação de poderes, não lhe cabe qualquer papel criativo”.

Sendo assim, o juiz torna-se um órgão desse Estado, passando a ser vinculado ao direito positivo, que é aquele direito posto e aprovado pelo Estado.

Dessa forma, o positivismo tornou-se, no início do século XX, a filosofia dos juristas, considerando-se como um sistema perfeito, mas com o passar do tempo o positivismo jurídico foi sendo submetido a críticas (BARROSO, 2015, p. 275).

O problema da Escola da Exegese não era só a interpretação, mas também todo sistema, fechado e estrito do Código da época. Dessa forma, o sistema era inerte, era somente aquilo, o que estava codificado. A Escola de Exegese não acompanhou a dinâmica dos anseios sociais, o desenvolvimento da sociedade. O Código de Napoleão foi sim um grande passo na época, porém com o passar do tempo não foi mais suficiente, ocorrendo mudanças no código e na sociedade, ocorrendo assim o enfraquecimento da Escola de Exegese (MELO, 2018)

Esse processo de codificação e positivação, segundo Bobbio (1995, p. 63) é uma experiência da Europa, sendo que o Código de Napoleão, junto com o Justiniano foram os que mais influenciaram nas últimas legislações.

O percurso, a evolução do positivismo jurídico ao decorrer dos tempos, o ordenamento jurídico se afirmou e difundiu pelo modelo do monismo estatal e da totalidade. A Europa que define através do direito, os parâmetros das relações no mundo ocidental, assim é esse o padrão adotado atualmente na maioria dos ordenamentos jurídicos, em especial no Brasil e na América Latina, decorrente da colonização.

Assim, os direitos intrínsecos do ser humano foram impostos na concepção juspositivista, pois a experimentação e a observação conduziam à conclusão de que só haviam direitos se fossem postos e garantidos pela autoridade (GONÇALVES; TÁRREGA, 2018, p. 143)

2.2 CARATÉR ANTROPOCÊNTRICO DA CULTURA JUSPOSITIVISTA

A formação do juspositivismo foi dada por um processo eurocêntrico de civilização, onde os Europeus impuseram sua “civilização” em prol de seu benefício, e em benefício do seu povo.

A antropologia, a princípio, foi usada para opor e confrontar a teologia e a cosmologia, mas com o passar do tempo e os conhecimentos seguintes, a antropologia passou a estudar o homem. Porém como estudo científico, a antropologia estuda essencialmente a vida (COLAÇO; DAMAZIO, 2012, p. 55)

Ao longo do século XIX, no período do fortalecimento colonial, a antropologia serviu para o domínio dos povos ditos como inferiores e selvagens, que precisavam então da civilização, servindo para posicionar o povo europeu em uma posição “hierárquica” (COLAÇO; DAMAZIO, 2012, p. 61).

Segundo Laraia (2005, p. 322), “a ciência comparativa do homem, que trata de suas diferenças e das causas das mesmas, no que se refere à estrutura, função e outras manifestações da humanidade, segundo o tempo variedade, lugar e condição”.

Em 1492, a Europa deu início ao processo de formação de uma nova racionalidade no Ocidente, a racionalidade moderna, o que era chamado de civilização, que mudou a visão do mundo teocêntrico e passou a ser antropocêntrico. Nessa nova sociedade, inicia-se um novo sistema econômico global, que afronta a natureza e provoca uma dualidade entre a natureza e os seres humanos (WOLKMER; FERRAZZO, 2015, p. 21)

Evidentemente a “civilização” tinha como referência toda vida europeia. Com a colonização, todos os “primitivos” poderiam, a partir da evolução, alcançar a referida civilização (COLAÇO; DAMAZIO, 2012, p. 65)

Essa “modernidade”, segundo Edmundo O’Gorman em 1992, citada por (WOLKMER; FERRAZZO, 2015), foi um mundo descoberto, pois, antes do ano de

1942 nada pertencia ao homem, e sim tudo ao criador, pois o homem era refém da vontade divina. Assim, esse novo mundo desbravado por Colombo, supera a racionalidade teocêntrica, trazendo espaço para a ciência. Na modernidade capitalista, o homem não pode mais fazer parte da natureza, pela civilização, essa condição de ser parte da natureza deveria ser afastada para o desenvolvimento da população (WOLKMER; FERRAZZO, 2015, p. 24)

Nesse sentido:

Se até antes de 1492 predominava uma visão orgânica do mundo em que a natureza, o homem e o conhecimento formavam parte de um todo inter-relacionado, com a formação do sistema-mundo capitalista e a expansão colonial da Europa, esta visão orgânica começa a ficar subalternizada. Impôs-se pouco a pouco a ideia de que a natureza e o homem são âmbitos ontologicamente separados, e que a função do conhecimento é exercer um controle racional sobre o mundo. Quer dizer que o conhecimento já não tem como finalidade última a compreensão das “conexões ocultas” entre todas as coisas, mas sim a decomposição da realidade em fragmentos com o fim de dominá-la (GROSFOGUEL, 2007, p. 81-82).

A cultura ocidental, calcada no capitalismo, voltada para o ganho individual, trouxe a ideia de que os animais eram inferiores aos homens, onde foi permitida a aberta apropriação, esse referido mundo capitalista fez dos seres vivos produtos e compradores, por um covarde sistema onde o ideal, a ordem e a competição, assim os animais não humanos e os homens deixaram de viver em harmonia e os animais não humanos tornaram-se produtos dos interesses humanos, tornando-se propriedades (RODRIGUES, 2003, p. 36).

Nesse sentido:

Desta forma, pode-se entender a tradição, na Modernidade ocidental, onde se consolida a existência do dualismo homem e natureza, a relação em que a natureza acaba sendo reduzida e submetida ao interesse humano, e sua destruição não é percebida como violação da própria vida, mas sim, como marcha rumo à civilização (WOLKMER; FERRAZZO, 2015, p. 24).

O Brasil foi colonizado pelos povos europeus, que impuseram todo seu jeito de viver, suas ideologias e suas culturas. Então, os humanos, em busca de ganho, desprezaram seus semelhantes, índios, africanos e animais não humanos (RODRIGUES, 2003, p. 47).

Segundo Antônio Carlos Wolkmer e Debora Ferrazzo (2015, p. 21), o encontro entre Europa e América deu início a formação de uma nova racionalidade,

que passou de teocêntrica à antropocêntrica, sendo o sistema vigente até hoje, onde provoca uma separação entre os humanos e a natureza, e os coloca em posições oponentes.

Assim, durante todo o processo de desenvolvimento da “modernidade” a natureza ficou ao dispor dos humanos, nesse processo antropocêntrico, onde os povos reproduzem a exploração dos recursos naturais, se relacionando com a natureza de forma muito inconsciente.

A percepção era de que o mundo havia sido criado especialmente para o animal humano e os outros seres deveriam servir as necessidades dos desejos humanos, as plantas existiam para o bem dos animais e os animais para uso dos homens. O homem predominava e dominava no plano divino, tudo tinha sido criado para o benefício humano, sendo que se o homem fosse extinto do mundo nada teria sentido e propósito, a única servidão do mundo seria acomodar os homens, sendo que tudo acabaria após o juízo final. Os animais existiam para servidão dos homens, foi para servir as necessidades humanas que os animais vieram a terra, sendo elas práticas morais ou estéticas. Com relatos de que religiões orientais pensavam diferente, respeitando a vida dos animais não humanos, a reação dos que pensavam o contrário, foi inexprimível, era impensável existir tanto cuidado com vidas insignificantes. A teologia dessa referida época estipulava e influenciava para a superioridade dos homens sobre a natureza (THOMAS, 1988, p. 21-28).

O homem, animal humano, exitoso de seus potenciais, considera-se melhor que os animais não humanos, deixando de valorizar a real importância da vida e da natureza (RODRIGUES, 2003, p. 141).

Todo esse conflito ambiental deriva da manipulação dos recursos naturais, instituída nos países ocidentais, dada pela civilização, correlacionada ao processo de modernidade, de desenvolvimento (COIMBRA, 2002).

2.3 A REIFICAÇÃO DO ANIMAL NÃO HUMANO

Conforme Juliana de Andrade Fauth (2015), o direito civil clássico, como consequência do processo de formação do antropocentrismo, seguiu a teoria dos animais não humanos como propriedade, considerando-os como coisas.

Levai afirma em meio a tudo isso que:

Os animais acabaram sendo inseridos no regime privatista perante o qual a noção do Direito alcança somente os homens em sociedade, transformando o entorno em res (coisa). Assim, sob o mesmo regime jurídico conferido aos objetos inanimados ou à propriedade privada, a servidão foi legitimada pelo Direito (LEVAI, 2006, p. 174).

A expressão coisa, segundo Washington de Barros Monteiro (2003. P.169) é “tudo quanto seja suscetível de posse exclusiva pelo homem, sendo economicamente apreciável”.

Nesse sentido, Farias e Rosenvald (2008, p. 1), citam que é “possível a existência de bens com ou sem qualquer expressão econômica, enquanto a coisa sempre apresenta economicidade e é inevitavelmente corpórea”.

Da mesma maneira, explana Cezar Fiúza (2004, p. 171) que bens são tudo que possui valor para os seres humanos e, portanto suscetível de apropriação, enquanto coisa, segundo ele, é todo o bem que possui avaliação econômica e apropriação pelos humanos.

De acordo com o nosso Código Civil de 2002, o animal não humano tem o *status* jurídico de coisa, sendo o bem que possui avaliação econômica, objeto, portanto, de apropriação pelo homem. É o que se extrai dos artigos 82 e 1.228 do CC/02. A seguir:

Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. (...)

Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha (BRASIL, 2002).

Sendo assim, conforme o artigo 1.228 do Código Civil, o exercício do direito à propriedade se exerce através do usar gozar e dispor. Dessa forma, o homem pode usar, gozar e dispor do animal não humano.

Todavia, esse direito do exercício à propriedade, não deve ser totalmente livre à vontade do homem, conforme o parágrafo 1º do referido artigo 1.228:

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas (BRASIL, 2002).

Contudo, apesar do pequeno avanço que se deu com previsão do §1º do artigo 1.228 do CC/02, a lei civil vigente ainda se mostra diferente e distante da

realidade do mundo atual e a evolução histórica do Direito, prevendo somente dois regimes para regular as relações jurídicas: o de bens, que seriam os objetos de direito, e o de pessoas, que seriam os sujeitos de direito, ignorando a existências de outros sujeitos de direitos, que não são os homens. Esse enquadramento dos animais como “coisa” pelo Código Civil é fruto da ideologia antropocêntrica adotada pela ciência desde o início dos tempos, do período de colonização.

Dentre tudo isso, discute-se a possibilidade de considerar os animais não humanos como sujeitos de direitos. O conceito de sujeito de direito não vem de uma condição natural do ser humano, vem de algo imposto, impregnado na nossa cultura, sendo que a pouco tempo atrás, mulheres, índios e escravos não eram considerados sujeitos de direito. Os animais não humanos, devem ser considerados como sujeitos de direito, pois possuem sentimentos, possuem vida, são dotados de uma dignidade intrínseca, e estes devem ser motivos para considerá-los destinatários de direito e garantir-lhes tais prerrogativas, superando a visão reducionista baseada nas raízes do antropocentrismo (FEIJÓ; SANTOS; GREY, 2010, p. 160-161).

Conforme Peter Singer (2004, p. 20) existem muitas diferenças importantes entre os animais não humanos e os humanos, e essas diferenças dizem respeito aos “direitos” que cada um possui, mas, o reconhecimento disso não constitui obstáculo à argumentação a favor da ampliação do princípio básico da igualdade aos animais não humanos. Muitas mulheres defendem o aborto lícito, e isso não quer dizer que as feministas querem que os homens aborem também, elas querem igualdade de escolha, liberdade sob seu corpo e vida, é obvio que os homens não podem praticar o aborto, não faz sentido falar do direito masculino à abortar. Querer igualdade a todos, não quer dizer que todos os grupos devem ser tratados igualmente, o princípio da igualdade requer que todos tenham a mesma consideração, e não que sejam todos iguais, a igualdade quer dizer quanto ao modo que devemos tratar e considerar todos os seres humanos.

Segundo Tom Regan em Jaulas Vazias (2005, p. 59), os direitos morais, direitos de igualdade “são os mesmos para todos os que os têm, ainda que todos sejam diferentes uns dos outros, em muitos aspectos”.

Ao passo do princípio da igualdade Peter Singer (2004, p. 22):

O elemento básico - tomar em consideração os interesses do ser, sejam estes quais forem - deve, segundo o princípio da igualdade, ser ampliado a todos os seres, negros ou brancos, masculinos ou femininos, humanos ou não humanos.

Porém, muitos defendem a superioridade humana devido a características físicas e mentais, como linguagem, sentimento e outros.

Por meio de estudos, é possível comprovar que os animais não humanos possuem alma, *animus*, que até então eram características somente dos humanos, influenciados pelo egoísmo do antropocentrismo. Sabe-se que ao seu modo, os animais são capazes de raciocínios simples, de aprender, de emoções, de memória e etc. (CARDOSO, 2007, p. 124).

Segundo, Tom Regan (2005, p. 84) os comportamentos comuns entre nós e os animais, assim como corpo, sustentam essa resposta de considerar os animais como sujeitos de uma vida, sujeitos de direito. Nossas igualdades (sistemas neurológicos e origem), seja pela evolução ou pela criação de Deus também sustentam essa resposta.

Segundo Danielle Tetu Rodrigues (2003, p. 33):

Os animais, incluindo-se o homem, possuem características em comum, ainda que desenvolvidas em diferentes graus e de acordo com cada espécie. Todos são portadores de instintos e de certas finalidades como a sobrevivência e a procriação; possuem noção de autoridade, bem como interação e comunicação.

Podemos ver um mundo em que os animais não humanos são não apenas nossos parentes biológicos, mas são também nossos semelhantes em aspectos psicológicos. Como os homens, os outros animais vivem no mundo conscientes, e o que ocorre ao todo é importante. Então, apesar de algumas diferenças, os animais humanos e não humanos são sujeitos de uma vida. Tom Regan ainda comenta que muitos seres, às vezes não sabem que seus direitos estão sendo violados, como no caso das crianças, mas que os homens têm o dever de intervir, devendo assegurar-lhes assistência, e quanto menos capazes forem esses humanos, ainda maiores devem ser nossas atitudes, assim então deve ser também no caso dos animais não humanos. E sobre a interpretação de que "animais não são humanos" é somente pelo fato de os animais não possuem direitos pois não são membros da nossa espécie (homens, *Homo sapiens*). Mas, sabe-se que razões como essas (biológicas) não têm importância moral, a única coisa que elas dizem é

que alguns humanos pertencem a uma determinada espécie, enquanto outros seres são de outra espécie biológica, e pertencer a uma certa espécie não é algo relevante para a moralidade (REGAN, 2005, p. 84-90).

Até mesmo os absolutamente incapazes são sujeitos de direitos, muitas espécies de animais não conseguem expressar sua vontade. Se o que diferencia o ser humano é a sua qualidade de ser vivo, com direitos inatos desde o nascimento, os animais mereceriam ser reconhecidos e considerados igualmente. Desse modo, da visão ética e científica, não teria impossibilidades ou motivos para justificar a personalidade aos animais e a impossibilidade de considerá-los sujeitos de direito (HACHEM; GUSSOLI, 2017, p. 147).

Assim, não são capacidade moral ou psíquica, requisitos para possuir personalidade jurídica, ainda que o ser humano perca alguma característica do homem, não lhe é tirado o *status* de personalidade jurídica, como as crianças e os deficientes mentais (CARDOSO, 2007, p. 134)

Enquanto os animais não humanos forem considerados propriedades, bens, eles não poderão ter o pleno reconhecimento de direitos no sentido estrito de um direito, de ficarem em paz, livres, sem que essa violação possa ser justificada. Faz-se uma comparação com a escravidão humana, onde, independentemente do tratamento dado aos escravos, eles não possuíam os direitos básicos que tinham as pessoas livres. Assim como no direito humano, os direitos não são necessariamente absolutos, pois sempre há ocasiões em que é necessária a intervenção para proteger o direito dos demais, direitos coletivos (GARNER, 2014, p. 21- 22).

O homem dominou sob as formas de viver diferente da sua, em outrora sob as mulheres, estrangeiros, escravos e índios, a mesma matriz que continua forjar e prejudicar os não humanos, determinando o destino dos mesmos por homens que pensam em se apropriar de tudo que lhe possa render algum tipo de benefício, não é nisso nem dessa forma que se possa dizer existir pressupostos éticos e civilizatórios (FELIPE, 2007, p. 292).

Por fim, não se trata somente de uma forma de prevenção da preservação dos animais, como no âmbito de Direito Ambiental, a fim de beneficiar os homens, mas sim, proteger e cuidar do animal próprio, por ser um ser vivo, por possuir sentimentos e inteligência, por tudo que os fazem merecer um tratamento digno, e não uma mera coisa, propriedade do animais humanos. Vedar qualquer forma de

crueidade e protegê-los individualmente como cada qual merece (CHALFUN, 2010, p. 224-225)

Não dá para ver os animais não humanos como coisas, pois muitos elementos mostram a existência de vida, na área moral, psíquica e mecânica. Assim, os seres sensientes possuem capacidade de sentir e se relacionar, cada um da sua maneira (CARDOSO, 2007, p.132-133).

3 AS DISTINTAS PERCEPÇÕES SOBRE A TITULARIDADE DE DIREITOS.

Atualmente existe grande discussão a cerca da importância dos recursos naturais do nosso planeta. Felizmente, na sociedade moderna em que vivemos, a consciência de preservar e de cuidar do meio ambiente tem se mostrado cada vez maior. Porém, sabe-se, e como visto no capítulo anterior, que nem sempre foi assim. É sabido que durante muito tempo o ser humano usou e apropriou-se da natureza, incluindo os animais, garantido de que seria um recurso inesgotável e que seu direito de exploração era absoluto. Esse pensamento egoísta e antropocêntrico atualmente reflete diretamente na sociedade e nos ordenamentos jurídicos na medida em que o meio ambiente não consegue encontrar-se como algo com valor intrínseco. Contudo, ao mesmo tempo em que se consolidavam teorias contra o reconhecimento dos direitos dos animais, começaram a surgir novas posições da sociedade em prol do meio ambiente. Nos dias atuais busca-se quebrar com paradigmas mantidos há milênios de tempos na nossa sociedade. Diante disso, serão analisadas as teorias formadas a cerca do homem frente aos animais não humanos.

3.1 ANTROPOCENTRISMO

Como visto anteriormente, pode-se afirmar que a concepção do antropocentrismo entende que o homem é o centro do universo, isto é, fazendo com que a raça humana seja o parâmetro maior, e ao redor dos animais humanos estariam os demais seres. O homem sempre foi considerado como o centro de tudo porque se acha o único ser dotado de raciocínio, e por isso, sendo capaz de pensar, refletir, criar, aprender, transmitir hábitos e comportamentos, e principalmente se reconhecer como a única espécie de indivíduo, se diferenciando e se achando melhor e superior aos demais seres vivos.

A percepção mais tradicional sobre os direitos humanos e não humanos é a antropocêntrica. É também a que mais causa consequências negativas aos animais e a natureza (CHALFUN, 2010, p. 212).

Conforme o dicionário Aurélio, a definição da palavra antropocêntrico, quer dizer: a criação feita expressamente para o homem, consideração do homem como centro do universo.

O homem esquece que também é parte da natureza, que é um animal e que deve respeitar a todas as espécies, não somente por seus interesses, e sim por considerar os animais não humanos por eles próprios. Então, na concepção antropocêntrica (como já visto) a natureza e os animais são protegidos somente pelos interesses humanos (CHALFUN, 2010, p. 211-214).

De acordo com Gomes (2013. p. 99):

O homem é a razão da proteção da natureza e não a natureza em si, isto é, a natureza deve ser protegida por causa do homem e não por causa dela mesma, o que gera um afastamento do homem em relação à natureza e um afastamento do direito em relação à natureza (eis que a natureza não é sujeito de direitos). Como se fosse possível “rebaixar” a natureza desta forma. Novamente, o homem sendo colocado (ou o homem se colocando) numa posição totalmente superior à natureza, como se a espécie humana não fosse fruto da evolução desta e como se não dependesse dela.

O Direito atualmente, inclusive o nosso Direito pátrio, possui visão antropocêntrica, referindo-se a natureza como um bem da sociedade, e sendo assim deve ser protegida, em prol dos homens. A atual Constituição do Equador, que prevê os direitos da natureza e a legislação da Bolívia “*Ley de Derechos de la Madre Tierra*”, que traz os direitos da Terra, são exemplos, na América do Sul, de constituições que progrediram no reconhecimento de direitos ambientais. Vê-se que existe uma importância, preocupação com o meio ambiente em um todo e esse reconhecimento está sendo positivado nos ordenamentos jurídicos (BARBOSA-FOHRMANN; KIEFER, 2016, p. 34)

Verifica-se que a Constituição Federal de 1988 trouxe pela primeira vez a questão ambiental, que com seu avançado artigo 225 apresentou direitos e princípios, porém apesar de inovador, não supera o antropocentrismo de modo que a natureza deve ser protegida pelo interesse dos homens, por uma questão moral e para não causar desordem na sociedade (WOLKMER; FERRAZZO, 2015, p. 29).

Tido como fundamento jurídico da proteção aos animais no Brasil desde então, o artigo 225 da Constituição Federal Brasileira dispõe:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:
[...] VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que

coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, parágrafo 1º, inciso VII, veda a crueldade com os animais, porém nesse ponto a preocupação principal continua sendo o homem, mas traz uma visão antropocêntrica um pouco mais equilibrada (CHALFUN, 2010, p. 216).

Érika Bechara (2003, p. 72), adotando a corrente antropocêntrica, defende que o ordenamento jurídico pátrio não confere direitos diretamente à natureza, mas apenas aos humanos, pois somente os seres humanos são sujeitos de direito. Segue o pensamento da autora:

Independentemente do título que se queira dar às correntes filosóficas que explicam a relação direitos-homem-natureza, somos do entendimento que os recursos naturais merecem a mais ampla proteção, mas não exatamente por titularizarem esse direito, mas em virtude de exercerem um papel fundamental no funcionamento de todo o ecossistema e, principalmente, na obtenção da saúde, bem estar (físico e psíquico) e dignidade da pessoa humana (BECHARA, 2003, p. 74).

Conforme Levai (2006, p. 177-178), assim pode-se ver um cenário deprimente, onde o animal não humano nunca é considerado, visto por sua individualidade ou por seus sentimentos, mas em função daquilo que pode render (capitalismo) àqueles que os exploram, os usam. Por isso, para o direito civil o animal ainda é coisa ou bem semovente, no Direito Penal objeto material e, no Direito Ambiental, bem ou recurso natural. A “lógica” da opressão faz com que os animais fiquem sempre curvados aos benefícios humanos, sofrendo desnecessariamente. A alimentação, a vaidade, o dinheiro, os falsos mitos e a saúde contribuem para esse sistema, negando os direitos da natureza, como se tudo que existe além do homem servisse para ele.

O que se vê em meio à sociedade globalizada é um autêntico massacre consentido, em que a essência de determinadas leis relacionadas a animais acabou contaminada pela insana lógica capitalista perante a qual seres vivos transformam-se em carcaças, a Moral sucumbe e o Direito se torna injusto (LEVAI, 2006, p. 179).

Nesse sentido, segundo a doutrina dominante, o Direito Ambiental Constitucional Brasileiro está sob a corrente antropocêntrica, mas em alguns casos existe um misto entre antropocentrismo e biocentrismo, porém sabe-se que o

tratamento dado aos animais não é o certo, fazendo com que o Direito fique atrasado, pois nas ciências naturais e na psicologia, e também em outros países, essa concepção está superada (CARDOSO, 2007, p. 118-124) .

3.2 BIOCENTRISMO

O biocentrismo, com sua ética biocêntrica, “determina obrigações e deveres do homem não só com respeito a seus congêneres ou aos animais capazes de sofrer, senão a todo organismo vivo, incluindo o mais insignificante” (SANTANA, 2009, p. 365).

Para os, os biocêntricos, não há uma hierarquia entre os animais humanos e não humanos, existe somente a relevância de todos os ciclos vitais, independentemente de seu valor e uso para os homens. O biocentrismo não aceita nenhuma forma de o ser humano estar no centro do universo. As relações devem ser seguidas pela ética (BARBOSA; DRUMMOND, 1994, p. 265).

No biocentrismo, a natureza também é titular de direitos, impondo um valor essencial à natureza e denegando diferenças entre animais humanos e não humanos. Possui reflexos diretos na esfera jurídica, onde o homem deixa de ser o centro de tudo e se depara com limites em relação a outros seres vivos que compõem o universo (BARATELA, 2014, p. 81-82).

Segundo Levai:

Contrários à ideia de que apenas os seres humanos são titulares de direito, os biocentristas sustentam que o ambiente também possui importância jurídica própria. Eles também incluem os animais no nosso leque de preocupações morais, porque o animal merece consideração pelo que é, pelo carácter ímpar de sua existência e pelo fato de, simplesmente, estar no mundo (LEVAI, 2010, p. 129).

Assim o biocentrismo critica o antropocentrismo ao extremo, questionando a própria posição dos humanos. As atitudes humanas, de destruição são desprezadas, passando a ser o câncer da natureza, da vida. O objetivo dessa teoria é fazer com que os homens enxerguem toda a vida como uma comunidade, valorizando todas as formas de vida, por pior ou mais perigoso que possa parecer ser. Assim nessa referida comunidade estão todos em iguais condições, homens, animais, plantas, fungos, vírus e outros (BARBOSA; DRUMMOND, 1994, p. 274).

Se o positivismo jurídico nega ao ambiente um valor intrínseco, fazendo da natureza um palco, objeto para as ações humanas, essa tradicional concepção do antropocentrismo começa a mudar com a concepção biocêntrica, que traz o homem sua condição de uma simples espécie dentre tantas outras que integram o planeta terra. Não é questão de diminuir a importância da vida humana, e sim de estender o alcance da justiça àquelas criaturas que também têm o direito de viver sem sofrimento, de dar a devida importância aos animais não humanos (LEVAL, 2006, p. 187).

Então se diz biocentrismo, uma ética com foco na vida, ou seja, é um ideal que, embora também sujeito a variantes teóricas, defende a que todos os seres vivos, podendo eles ser senscientes ou não, são merecedores, ponto de consideração moral direta. Em 1776, pode-se ver uma pequena fuga do antropocentrismo pelo reverendo Humphry Primatt, onde diz que todos, frutos de uma criação divina, merecem um bom tratamento, sendo que o contrário disso, seria pecado e mal. No ano da Revolução Francesa, o filósofo Jeremy Bentham, traçando uma linha com a época da escravidão humana, diz que “talvez chegue o dia em que o restante da criação animal venha a adquirir os direitos aos quais jamais poderiam ter sido privados, a não ser pela mão da tirania”. Porém, posicionamentos mais decisivos, relevantes para a área do biocentrismo, e do direito da natureza, levaram em torno mais um século para se solidificar num contexto histórico, nas obras de Peter Singer (*Animal Liberation*, 1975), Tom Regan (*The Case For Animal Rights*, 1983), Gary Francione (*Animals, Property and The Law*, 1985) e outros (LOURENÇO, 2012).

A Constituição Federal de 1988 deu um passo inovador, ao trazer um pouco do direito ambiental em seu artigo 225, afirmando que todos possuem direito ao meio ambiente equilibrado e da atribuição a todos do dever de proteção, mas ainda sim ela é antropocêntrica. Sabe-se que a visão atual dos tribunais brasileiros ainda é quase toda parte antropocêntrica no Direito Ambiental no Brasil, onde coloca o homem como o centro de tudo, dos deveres e da titularidade dos direitos, por acharem ser o único ser vivo com capacidade para respeitar as normas. Porém, já pode-se notar um pequeno avanço na preocupação dos magistrados e legisladores em proteger a natureza e os animais, de maneira mais biocêntrica, mas são pequenas mudanças, que alguns autores denominam como antropocentrismo “mitigado”. A visão Biocêntrica tem amparo normativo na Lei 6.938/81, recepcionada

pela atual Constituição Federal. Dessa forma o biocentrismo pretende analisar a natureza de maneira filosófica, econômica e jurídica (SCHERWITZ, 2015).

O início da superação do antropocentrismo, está refletindo principalmente nas pesquisas científicas, acontecendo assim uma pressão para que os animais não humanos não sejam usados em experimentos laboratoriais, a cessão dessas práticas que utilizam os não humanos como instrumentos para o bem estar humano, pois eles possuem o direito do viver (TOLEDO, 2014, p.136-138).

Segundo Tom Regan:

As grandes indústrias que usam animais os exploram aos bilhões. Esses são os animais cujas vidas são tiradas, cujos corpos são feridos e cuja liberdade é negada pela indústria de peles e de carne, por exemplo. Tudo isso emerge como moralmente errado, uma vez que tomamos conhecimento de seus direitos morais. Tudo isso emerge como algo que precisa parar, e não ficar mais “humanitário” (REGAN, 2006, p. 75).

A União Europeia proibiu os testes de cosméticos em animais em 2013, e o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, sancionou a Lei n. 15.316/14, de 23 de janeiro de 2014, que bane a utilização de animais não humanos na produção, experimentação de cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal. Assim, pode-se observar que a sociedade está evoluindo aos poucos, mudando suas concepções, no sentido de reverter todo o mal que vem causando aos animais e ao meio ambiente (TOLEDO, 2014, p. 138).

Algumas Constituições já demonstram uma mudança de perspectiva, um grande avanço, como a Constituição Boliviana de 2009, e outro exemplo é a Constituição do Equador de 2008, que foi a primeira quanto à previsão de direitos para outras espécies que não aos seres humanos. Pode-se falar também da Lei Mãe Terra da Bolívia de 2010, que foi mais a fundo e além de trazer direitos da natureza, trouxe o dever dos homens perante ao meio ambiente. Para romper com o paradigma antropocêntrico deve-se sair da zona de conforto, buscar um novo posicionamento, para buscar uma vida digna para todos os seres e uma convivência equilibrada e sadia (KLEVENHUSEN, 2014, p.166-168).

A partir desse contexto de acabar com o antropocentrismo, alguns países, em especial os latinos americanos, vêm passando por mudanças, em especial o Equador, que prevê direito dos animais em nível Constitucional (OLIVEIRA; FREITAS; SOUSA, 2015).

Pela leitura do texto Constitucional Equatoriano, é evidente a inovação e o avanço constitucional. Destaca-se o rompimento com a visão antropocêntrica que considera a natureza como coisa ou recurso natural, e agora, pela visão do texto constitucional equatoriano, passa a ser vista e conceituada como Pacha Mama (Mãe Terra), admitindo a natureza como sujeito de direitos onde a mesma possui, conforme a Constituição direito à respeito, manutenção e vida. A referida Constituição avança e inclui os ciclos vitais também como sujeitos de direito, conforme o artigo 71, “*respeto a todos los elementos que forman un ecosistema*”, forçando o antropocentrismo e encontrando com princípios do ecocentrismo, com uma Constituição sem precedentes no mundo (PACHECO, 2012, p. 349-350).

Na linha do ecocentrismo, e em harmonia com o texto constitucional Equatoriano, leciona Fritjof Capra (2002, p. 93): “essa compreensão sistêmica baseia-se no pressuposto de que a vida é dotada de uma unidade fundamental, de que os diversos sistemas vivos apresentam padrões de organização semelhantes”.

Em relação à Bolívia, em apertada síntese, a Constituição não traz a natureza tão especificamente como no caso do Equador, porém, na legislação infraconstitucional, as Leis nº 071, de 21 de dezembro de 2010 (Lei dos Direitos da Mãe Terra) e a Lei nº 300 de 15 de outubro de 2012 (Lei Marco da Mãe Terra e desenvolvimento integral para o viver bem) a natureza é enfim assumida como sujeito e não como objeto de direitos (FERRAZZO, 2015, p. 201).

Constitucionalismo latino-americano é assim chamado, pelas recentes mudanças que ocorreram nas constituições dos países que fazem parte da América do Sul, como no caso do Equador e da Bolívia, que absorveram a cultura dos índios nas suas Constituições locais, compondo assim uma maior integração entre humanos e natureza, onde a natureza torna-se sujeito de direitos (WOLKMER; LEITE, 2016, p. 234).

Esse novo constitucionalismo latino-americano ainda enfrenta muitos obstáculos e às vezes alguns retrocessos, porém já está firmado, sendo assim um avanço, uma grande luta (FERRAZZO, 2015, p. 190). Conforme Wolkmer e Melo:

[...] o “novo” constitucionalismo incide em ruptura de paradigma com a teoria constitucional clássica da modernidade eurocêntrica. [...] Este “novo” constitucionalismo não surge tampouco é desdobramento do pensamento e das academias centrais europeias e norteamericanas, mas, das comunidades indígenas, camponesas e dos povos originários dos Andes (WOLKMER; MELO, 2013, p. 10).

Dessa maneira, pode observar-se que o bem viver, faz parte do espírito constituinte das Constituições equatoriana e boliviana, sendo uma ótima proposta de vida para essas populações, onde o viver baseia-se na interação com o meio ambiente (WOLKMER; LEITE, 2016, p. 23).

Sendo assim, se trata de uma transição descolonial, superando um elemento importante da racionalidade burguesa moderna, da colonização europeia: o antropocentrismo (FERRAZZO, 2015, p. 199).

3.3 ECOCENTRISMO

Com as novas ameaças e com as preocupações com o meio ambiente surge o Ecocentrismo, um grande oposto do antropocentrismo, pensando em um todo e não somente no homem. Na ética ecológica, a natureza se basta, independe do homem, pois já antes de tudo o meio ambiente existia sem qualquer outra coisa, sendo assim, não foi criada para os humanos. O que visa é proteger o sistema ecológico. Não se deve falar em hierarquia, e sim respeito mútuo entre todos os seres. Assim, na ecologia profunda defende-se que todos os seres possuem valores intrínsecos e que a natureza deve ser priorizada mesmo em conflito com os direitos humanos, que o consumo deve ser controlado, reduzindo o capitalismo (CHALFUN, 2010, p. 219).

Dessa forma, pode-se dizer que o ecocentrismo é mais abrangente que o biocentrismo porque ele leva em consideração não apenas os seres bióticos, mas também os abióticos.

Ao passo, que anda a vida moderna, calcada no individualismo e voltada para si mesma, a ecologia profunda nos faz refletir a partir da perspectiva da forma com que nos relacionamos com os outros, com as próximas gerações e com a teia da vida que fizemos parte, no sentido de nos importarmos com todas as formas de vida do universo (OLIVEIRA; FREITAS; SOUSA, 2015).

Nesse sentido, Levaí, nos traz que:

A proposta da ecologia profunda é a interação pacífica entre as criaturas sensíveis, como tentativa de restabelecer a harmonia do universo. Já não era sem tempo. Isso porque a busca por um viver sem violência, em meio a avassaladora competitividade do mundo globalizado, ainda soa como uma

singela utopia. Apenas um novo olhar sobre o sentido da vida, que nos permita enxergar a ecologia com profundidade, é que poderá despertar consciências adormecidas (LEVAL, 2010, p. 128).

Naess e o filósofo estadunidense George Sessions condensaram em oito pontos uma plataforma, um resumo da ecologia, destinada a alcançar inúmeras pessoas de diferentes religiões e convicções. Segue:

1. Todos os seres vivos possuem valor intrínseco.
2. A diversidade e a riqueza da vida tem valor intrínseco,
3. Salvo para satisfazer necessidades humanas vitais, a humanidade não tem o direito de reduzir esta diversidade e esta riqueza,
4. Seria melhor para os seres humanos que eles existissem em menor quantidade, o que seria melhor ainda para as demais criaturas vivas.
5. Hoje a extensão e a natureza da interferência humana em vários ecossistemas é insustentável, e esta falta de sustentabilidade está crescendo,
6. Melhorias efetivas exigem mudanças substanciais: sociais, econômicas, tecnológicas e ideológicas,
7. Uma mudança ideológica seria essencialmente buscar uma melhor qualidade de vida ao invés de aumentar o padrão de vida,
8. Aqueles que aceitam os pontos acima mencionados são responsáveis por tentar contribuir direta e indiretamente para a realização das mudanças necessárias (GOUVEIA et al., 2012, p. 99).

Essas sentenças são mais abertas, abertas a múltiplas interpretações, respeitando o movimento, são pontos comuns dos apoiadores. Um sistema que deriva da filosofia dos que apoiam a ecologia profunda (GOUVEIA et al., 2012, p. 99).

Uma das grandes dificuldades para se levar a bom termo a proposta do Direito Ecológico é a questão de promover os direitos sociais, pois na maioria das vezes o Estado investe covardemente contra o meio ambiente (GONÇALVES; TÁRREGA, 2018, p. 141).

Essa situação, que coloca a natureza em desespero e urgência, é devida a falta de cuidado entre os seres humanos, trazendo uma grande ameaça ao planeta. O grande consumo, por consequência a aceleração industrial, faz com que cerca de dez espécies de seres vivos desapareçam por dia. O equilíbrio da terra, mantido por milhões de anos pode se acabar devido à irresponsabilidade dos homens (BOFF, 2009, p. 12).

Levando em conta os sinais da natureza, é indispensável a importância da conscientização da sociedade, a fim de que seja estabelecida uma nova ótica de importância com o meio ambiente em um todo, com todas as formas de vida, para que a degradação do meio ambiente, causada pelo egoísmo humano, possa ser

freada. Assim, não é complicado enxergar que o consumismo está se sobrepondo a razão, e por esse desrespeito e irresponsabilidade, está comprometendo as gerações futuras e o planeta em um todo.

Como foi visto anteriormente, a visão ancestral foi abolida após a colonização eurocêntrica, com a visão antropocêntrica, assim responsável pela visão da natureza como um objeto a ser dominado e explorado incansavelmente pelos homens. Porém, mesmo na modernidade, a exploração desenfreada da natureza não passou despercebida, que, sensíveis às consequências drásticas do mundo moderno, reaverão a discussão acerca da visão ecocêntrica (GONÇALVES; TÁRREGA, 2018, p. 150).

Um marco e uma importante referência para o movimento ambientalista encontra-se na atuação do Juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, *Chief William Douglas*, que por mais de trinta e cinco anos atuou naquele Tribunal. O magistrado assumia posições polêmicas, como a defesa do deserto e de objetos inanimados, como relata a iniciativa da Universidade de Montana, por meio do seu portal eletrônico *Wilderness Connect*. No ano de 1972, William Douglas proferiu a seguinte decisão no caso *Sierra Club vs. Morton*:

Objetos inanimados, às vezes, são partes em litígios [...], por isso devem ser respeitados os vales, prados alpinos, rios, lagos, estuários, praias, cumes, bosques de árvores, pântanos, e até mesmo o ar que sente as pressões destrutivas da tecnologia moderna e a vida moderna. O rio, por exemplo, é o símbolo vivo de toda a vida que sustenta e nutre - peixes, insetos aquáticos, pássaros de água, lontra, pescador, veados, alces, ursos e todos os outros animais, incluindo o homem, que depende dele, ou que aprecia sua vista, seu som ou sua vida. O rio, como demandante, fala da unidade ecológica da vida que é parte dela (UNIVERSIDADE DE MONTANA, 2007, grifo no original. Tradução livre da autora¹)

As lutas e conquistas ambientais do século XX e da modernidade, são o passo seguinte na dinâmica da evolução social, um processo não decorrente de conquistas da condição humana. É muito relevante o reconhecimento de direitos para a natureza, devido ao fato de está introduzida em uma conjuntura de transformações sociais, que pede pela mitigação das inúmeras implicações nocivas

¹ Inanimate objects are sometimes parties in litigation [...], so it should be as respects valleys, alpine meadows, rivers, lakes, estuaries, beaches, ridges, groves of trees, swampland, or even the air that feels the destructive pressures of modern technology and modern life. The river, for example, is the living symbol of all the life it sustains and nourishes - fish, aquatic insects, water ouzels, otter, fisher, deer, elk, bear, and all other animals, including man, who are dependent on it or who enjoy it for its sight, its sound, or its life. The river as plaintiff speaks for the ecological unit of life that is part of it.

do paradigma antropocêntrico de destruição da natureza, sob pena de seus efeitos devastadores sobre todo o mundo serem imensuráveis. Todavia, mudança de paradigma, assenta-se na mudança do sistema de desenvolvimento e produção dos Estados, assim como fez a Constituição Equatoriana que mudou o paradigma para o paradigma de *buen vivir* (GONÇALVES; TÁRREGA, 2018, p. 152).

4 SUBVERSÃO NA ESTRUTURA JUSPOSITIVISTA: RECONHECIMENTO DO DIREITO DOS ANIMAIS

Neste capítulo abrange-se a Teoria Pura de Hans Kelsen, trazendo o direito como um ato de vontade. Faz-se uma análise das legislações brasileiras em prol dos animais, e por último, a Constituição Federal e a possibilidade de uma nova hermenêutica Constitucional.

4.1 INVERSÃO DISCURSIVA: DIREITO COMO ATO DE VONTADE

Segundo Kelsen, a teoria pura de que o direito se orienta para o conhecimento do direito é uma teoria do direito positivo, é a ciência do direito. Chama-se teoria pura do direito pois diz somente ao direito positivado, e exclui tudo aquilo que não pertence ao ordenamento jurídico. Mas, olhando para o direito tradicional, vê-se que é impossível essa “pureza”. O direito mistura-se, envolve-se com a teologia, psicologia, a ética e a filosofia. O direito deve diferenciar-se nitidamente da natureza (KELSEN, 2007, p. 52-53). Assim, nas palavras de Kelsen:

Quando a si própria se designa como “pura” teoria do Direito, isto significa que ela se propõe a garantir um conhecimento apenas dirigido ao Direito e excluir deste conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objeto, tudo quanto não se possa, rigorosamente, determinar como Direito. Quer isto dizer que ela pretende libertar a ciência jurídica de todos os elementos que lhe são estranhos. Esse é o seu princípio metodológico fundamental (KELSEN, 2000, p. 1).

Desta forma, o fundamento de validade do Direito que exclui tudo aquilo que não convém ao seu objeto, ou seja, tudo aquilo capaz de garantir sua pureza, somente pode ser usado como a validade de outra norma hierarquicamente superior, já que o Direito é um sistema auto-referente. Assim, Kelsen busca demonstrar que a criação do Direito corresponde a uma atividade silogística, na qual a premissa maior é a proposição de “dever-se” que enuncia a norma superior; a premissa menor é composta pela situação fática designada de “ser”. Assim, a validade um norma encontra-se em uma norma maior, superior (LAGES; BASILE, 2012).

Um dos pontos mais importantes na obra do Kelsen, a Teoria Pura do Direito, é sobre a distinção entre norma jurídica e proposição jurídica, pretendendo

assim, diferenciar a atividade de aplicação do Direito e a desenvolvida pelo cientista jurídico (doutrinadores), a doutrina descreve as normas. Quando uma autoridade competente formula uma prescrição, como no sentido de que certa consequência deve acontecer em determinada situação, ele externa, publica, profere um enunciado, e dessa forma quando um doutrinador (proposição jurídica) descreve, vê sobre diferentes ângulos, vendo da sua maneira, e expondo sua opinião, ele dessa forma, também externa um enunciado. Assim, a norma jurídica tem caráter de prescrição, e a prescrição jurídica tem natureza descritiva. A norma jurídica ela emana, de um ato de vontade, e a outra, a proposição jurídica de um ato de conhecimento (COELHO, 2001, p. 7-8).

Qualquer coisa, qualquer conteúdo pode tornar-se direito. Uma determinada norma jurídica vale como tal, porque foi dita, foi posta de modo determinado. Da necessidade de se regulamentar e da decorrência da autonomia relacionada a moral, e de sua validade, provém a positivação do direito, das normas jurídicas. A criação das normas jurídicas se dá por várias formas, por meio de costumes, ou por processo legislativo. Nas palavras de Kelsen: “Todo e qualquer conteúdo pode ser direito. Não existe conduta humana que, como tal, por sua essência, esteja excluída de tornar-se o conteúdo de uma norma jurídica” (KELSEN, 2007, p. 95-96).

Kelsen dizia que somente os juízes e tribunais poderiam e teriam a capacidade de interpretar autenticamente a norma jurídica, fiel ao direito posto. Dessa forma, somente estes poderiam ditar o direito, pois somente tais órgãos possuem a capacidade de decidir pela melhor solução, a mais correta, entre todas as possibilidades. Mas por outro lado, a interpretação não-autêntica de Kelsen seria exercida pelos cidadãos em geral, os quais tentam tirar da lei da melhor forma possível sem que tenham o poder de fazer com que sua opinião seja vinculante para o órgão que aplica o Direito (AGOSTINI L.; AGOSTINI K., 2007, p. 72-73).

A interpretação autêntica é feita pelos órgãos aplicadores do Direito, uma vez que através da interpretação do Direito também se cria Direito, a interpretação ocorre tanto na atividade de aplicação de uma norma geral e abstrata a um caso concreto, quanto no momento da produção de uma norma geral e abstrata (LAGES; BASILE, 2012)

Nesses termos, segue as palavras de Kelsen:

A interpretação feita pelo órgão aplicador do Direito é sempre autêntica. Ela cria Direito. Na verdade, só se fala de interpretação autêntica quanto esta interpretação assuma a forma de uma lei ou de um tratado de Direito internacional e tem caráter geral, quer dizer, cria Direito não apenas para um caso concreto mas para todos os casos iguais, ou seja, quando o ato designado como interpretação autêntica represente a produção de uma norma geral. Mas autêntica, isto é criadora do Direito é a interpretação feita através de um órgão aplicador do Direito ainda quando cria Direito para um caso concreto, quer dizer, quando esse órgão apenas crie uma norma individual ou execute uma sanção (KELSEN, 2000, p. 394).

Como se pode ver segundo o pensamento de Kelsen, este entende que a decisão judicial seria uma mistura dos dois atos distintos, o ato de conhecimento e o ato de vontade. Primeiro o órgão iria conhecer (por meio de um processo cognitivo) todo o problema posto, encontrando as várias soluções possíveis, para logo após, escolher por meio do ato de vontade, qual dentre as opções encontradas seria a melhor sob seu ponto de vista. Dessa maneira, então, Kelsen diz que a decisão judicial é uma junção entre um ato de conhecimento com um ato de vontade (AGOSTINI L.; AGOSTINI K., 2007, p. 73-74).

Kelsen também propõe a seguinte ordem para a interpretação judicial: primeiro realiza-se então um ato de conhecimento e, dali tem-se as várias soluções corretas. Após este processo de conhecimento, procede-se um ato de vontade, ou seja, a escolha da norma mais correta do ponto de vista do julgador.

Kelsen não propõe método que possibilite ao intérprete autêntico somente uma resposta correta a cada caso. Ao contrário, Hans Kelsen utiliza de todas as interpretações fornecidas pela Ciência Jurídica para dar caminho à sua teoria, refutando a possibilidade de uma única interpretação possível. Faz-se importante falar que, a ausência de somente uma interpretação correta no panorama de escolha do intérprete autêntico decorre, para Kelsen, da chamada indeterminação não-intencional não perseguida pelo legislador, mas que é consequência da existência de uma pretensa descrição, pelo ordenamento jurídico, das situações fáticas possíveis na vida. Assim as múltiplas possibilidades de aplicação do Direito situam-se dentro da moldura formada pela norma a ser aplicada (LAGES; BASILE, 2012).

Segundo Kelsen (2007, p. 103), a Constituição fica na camada mais alta, como se fosse uma pirâmide, onde sua função consiste em organizar e administrar os órgãos jurídicos e a produção jurídica, ou seja, a produção legislativa. Assim, a Constituição pode prescrever os conteúdos de leis futuras e também pode excluir

certos conteúdos jurídicos. A Constituição Federal fica como uma moldura para os outros ordenamentos jurídicos, sendo que estes devem ficar entre as leis constitucionais.

Segundo o Doutor Europeu em Direito, Lúcio A. Pimentel Lourenço, (2017, p. 54):

A norma jurídica é, antes do mais, um modelo, uma fórmula ou uma regra de comportamento humano que se manifesta por sinais exteriores, que se impõe com carácter obrigatório, uma vez que o seu respeito pode ser exigido pela força democrática e organizada do Estado, nos termos da Constituição.

O esquema de Kelsen diz então que o direito é pensado como moldura na qual encaixam inúmeras possibilidades. É conforme ao direito o ato que se situe dentro dessa moldura, embora Kelsen ressalte que isso possa ocorrer “em qualquer sentido possível”. Nas palavras de Kelsen:

O direito a aplicar forma, em todas as hipóteses, uma moldura dentro da qual existem várias possibilidades de aplicação, pelo que é conforme ao direito todo o ato que se mantenha dentro deste quadro ou moldura, que preencha esta moldura em qualquer sentido possível” (KELSEN, 1984, p. 466).

Portanto, o conteúdo das normas jurídicas – inclusive um eventual reconhecimento de que animais não humanos são titulares de direitos – constitui escolha das autoridades. Posteriormente, a teoria de Kelsen foi complementada com debates democráticos, passando a abranger questões como justiça e legitimidade democrática, mas tais elementos ao contrário de afastar a possibilidade de reconhecimento de outros direitos, parece mais reivindicá-la. Nesse sentido que se propõe inverter o discurso jurídico: ao invés de negar a possibilidade de reconhecer direitos a outros sujeitos, afirmar que não apenas é possível, mas também urgente.

4.2 ORDENAMENTOS JURIDICOS QUE RECONHECEM O DIREITO DOS ANIMAIS.

Durante o período colonial, não existia no Brasil qualquer tipo de legislação de proteção aos animais não humanos, e, devida as circunstâncias históricas de exploração e colonização do Brasil por Portugal, não teria como

imaginar e esperar alguma coisa diferente disso, sendo que até mesmo a escravização de pessoas era tida como lícita, assim o que esperar algo em relação aos animais não humanos? A legislação aplicada por bastante tempo, naquela época no Brasil era a legislação portuguesa, a qual continha alguns dispositivos de proteção a fauna e a flora, porém sabe-se que o intuito não era a proteção ambiental, mas sim, por interesses econômico, como por exemplo o decreto que proibia a extração da árvore pau-brasil, datado de 1570 por João III. Em 1822 o Brasil declarou sua “independência” e, a partir disso passou a ter algum tipo de autonomia legislativa. A primeira legislação jurídica no Brasil que sabe-se em prol dos animais não humanos, foi na data de 6 de outubro de 1886, que foi Código de Posturas do município de São Paulo, época em que também estava sendo aos poucos abolida a escravidão no Brasil (TINOCO; CORREIA, 2010, p. 174).

Segundo Laerte Levai (2004, p. 28) surgiu assim como código de Posturas o primeiro registro em prol dos animais. Prossegue o referido:

Surge, assim, pela primeira vez no Direito brasileiro, um dispositivo capaz de salvaguardar de abusos os animais, com que antecipando a vontade política que se firmaria apenas no século seguinte. A inclusão de uma norma protetora em lei acenava favoravelmente à futura proteção jurídica da fauna. Já se fazia hora.

No referido código de São Paulo, constava em seu artigo 220, o que segue:

É proibido a todo e qualquer cocheiro condutor de carroça, pipa d’água, etc, maltratar os animais com castigos bárbaros e imoderados. Esta disposição é igualmente aplicada aos ferradores. Os infratores sofrerão a multa de 10\$, de cada vez que se der a infração (LEVAI, 2004, p. 28).

Logo após, foi criado então o Código Civil de 1916, o qual também não trouxe avanços em relação aos animais não humanos, assim como os recursos naturais em geral, que continuavam a serem vistos como bens econômicos. Os animais não humanos eram considerados como coisas ou semoventes, ou coisas sem dono segundo os dispositivos do Código Civil Brasileiro e, então, eram “protegidos” como propriedade privada dos humanos e assim passíveis de serem apropriados. As regras referentes à caça, foram criadas tão somente para proteger os direitos do caçador, sem preocupação nenhuma novamente com relação aos animais não humanos. Apenas após vinte anos da proclamação da República é que

outras leis de proteção aos animais não humanos surgiram no Brasil, como por exemplo o Decreto nº 16.590/24 e o Código de Pesca através do Decreto-lei nº 794. Depois, durante o governo de Getúlio Vargas, foi expedido o Decreto Federal nº 24.645/34, que estabelecia medidas de proteção aos animais não humanos, tanto na esfera cível quanto na esfera penal (TINOCO; CORREIA, 2010, p.174-175).

No artigo 3º do decreto-lei nº 24.645, de 10 de julho de 1934, que estabelecia medidas de proteção aos animais, trazia considerações sobre maus tratos, segue abaixo algumas:

Art. 3º Consideram-se maus tratos:

- I - praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;
- II - manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou os privem de ar ou luz;
- III - obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento para deles obter esforços que, razoavelmente, não se lhes possam exigir senão com castigo;
- IV - golpear, ferir ou mutilar, voluntariamente, qualquer órgão ou tecido de economia, exceto a castração, só para animais domésticos, ou operações outras praticadas em benefício exclusivo do animal e as exigidas para defesa do homem, ou no interesse da ciência;
- V - abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de ministrar-lhe tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária; (...) (BRASIL, 1934).

Em 1941, através do Decreto nº 3688 foi estabelecida a Lei das Contravenções Penais e assim, a crueldade e os maltratos contra animais não humanos passou a ser considerado contravenção penal punida com prisão e multa. Porém, o estranho é que tais condutas eram somente consideradas contravenções penais, no caso de serem feitas em público. Posteriormente surgiram a Lei de Introdução ao Código Penal (Decreto-lei nº 3.914), o Código de Caça (Decreto nº 5894 substituído pela lei federal nº 5.197/67), o novo Código de Pesca (Decreto-lei nº 221/67), a lei federal nº 7.679/88, a Lei de vivissecção (Lei Federal nº 6.638/79, a qual foi substituída pela Lei nº 11.794/08 conhecida como Lei Arouca), a Lei 6.938/81 (na qual o Ministério Público passou a ter o poder propor ações de responsabilidade civil por danos ao meio ambiente, podendo-se estender tal entendimento a danos causados a espécies animais) e a Lei nº 7.173/83 (regulamenta o funcionamento dos jardins zoológicos). Outra importante lei na defesa pelos direitos dos animais não humanos foi a Lei 7.347/85 onde a ação que antes só poderia ser requerida pelo Ministério Público, com essa lei, pode ser proposta por uma entidade. Em 1988, com o advento da nossa atual Constituição

Federal, a proteção jurídica dos animais teve enfim *status* Constitucional, sendo considerada uma das mais avançadas. Então também em 1998, é sancionada a Lei 9.605, Lei dos Crimes Ambientais, que reordena a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições, em seu Capítulo V, Seção I, reservou nove artigos que constituem tipos específicos de crimes contra a fauna, trazendo uma inovação quanto à responsabilidade da pessoa jurídica. Outra mudança trazida com esta lei se refere à cumulatividade da pena privativa de liberdade com a pena de multa que no Decreto nº 24. 645/34 era a critério da autoridade judiciária, e hoje por conta dessa lei é obrigatório. Embora todas essas leis, e inovações, os animais não

humanos continuam sendo considerados objetos de direitos. Em 2002, foi promulgada a Lei 10.519, a qual trata dos rodeios. Apesar de nesta lei constar dispositivos que visam o mínimo de bem-estar aos animais não humanos, ela legitimou a continuação de rodeios no Brasil. No atual Código Civil, não constam mais os artigos do Código de 1916 acerca dos animais não humanos. Contudo em seus artigos 1.397, 1.442, V, 1.444 e 1.447, no que diz respeito aos animais domésticos e domesticados, dispõe que os animais utilizados na indústria e os destinados à industrialização de carnes e derivados, podem ser objeto de penhor pecuário, agrícola, mercantil ou industrial, bem como enquadra as crias como objetos de usufruto. Assim então, estes animais continuam sendo vistos como bens (TINOCO; CORREIA, 2010, p. 176-180).

Assim, como se vê nestas leis expostas acima, percebe-se que existem algumas leis de proteção aos animais não humanos em vigor no Brasil, então a questão não é a falta de leis, e sim a falta da efetivação, de colocá-las em prática. Conforme Rodrigues:

Com efeito, as sanções previstas na legislação em comento são notoriamente intimas constituindo-se como inábeis à função de prevenir e/ou impedir condutas ilicitamente tipificadas pois a punibilidade sequer gera receios aos infratores. De outra banda, maior parte das ilicitudes restaria sob a égide dos Juizados Especiais Criminais, donde há, indene de dúvidas, uma maior viabilidade de transação, o que, por si só, não serve de desestímulo à prática de atividades predatórias aos Animais (RODRIGUES, 2003, p. 75)

Assim, as normas acerca da tutela jurídica dos animais não humanos, continuam a tutelá-los enquanto meros objetos e não sujeitos de direito, e isso, contribui para a ineficácia das legislações. Com relação ao *status* dos animais não

humanos explica o promotor Heron Santana (2009, p. 140) que “é preciso ainda ressaltar que estas modificações na natureza jurídica dos animais silvestres pouco contribuíram para a garantia da integridade física e psíquica desses seres, pois se antes eles eram considerados coisas”.

Por todas essas leis, vê-se que a legislação brasileira não visa tirar os animais do caráter de objetos, pois eles continuam a ser explorados, porém seguindo certas leis.

Apesar de a legislação Brasileira possuir certo avanço quanto ao direito comparado, apresenta ainda muitas limitações tanto no âmbito legislativo, como na eficácia da sua aplicação. A maioria dessas legislações apresenta-se de forma antropocêntrica.

A legislação Brasileira toma uma posição conservadora, pautada no antropocentrismo quanto ao tratamento destinado aos animais, que está cada vez mais sendo questionada e em processo de transformações. Hoje, doutrinas e jurisprudências apontam e buscam uma nova formação de forma de pensar e tratar os animais não humanos, que ultrapassa e rompe de forma definitiva com o antropocentrismo, buscando a alteração do *status* dos animais, com reconhecimento de dignidade e senciência, e uma efetiva aplicação das legislações (CHALFUN; CONSENZA, 2018, p. 25).

A verdade é que sob o prisma jurídico, os animais domésticos são protegidos e qualificados da seguinte maneira: coisas ou semoventes, ou até coisas sem donos, conforme o Código Civil Brasileiro, e assim são tutelados pelo direito de propriedade, passíveis de apropriação. Com o Advento da nossa atual Constituição, a fauna, compreendida como os animais silvestres em ambiente natural, os exóticos e os originários de outros países, passaram a ser bens ambientais difusos, de uso comum da população, pertencendo à coletividade (RODRIGUES, 2003, p. 68).

Então, dessa forma apresentada, conclui-se que as leis brasileiras em prol dos animais não humanos foi sendo construída aos poucos e conservadoramente. Entretanto, ainda há muito a se fazer, apesar de existirem legislações possíveis de livrar os animais não humanos de crueldades, isto não é suficiente, não sendo possível aceitar a superioridade dos homens sob os não humanos. Dessa forma, é necessário desconstruir a coisificação animal criada pela nossa colonização, voltada ao antropocentrismo que está enraizado no ordenamento jurídico pátrio, para então

positivar um enquadramento justo, retirando os animais da categoria de coisas e os reservando direitos básicos.

4.3 POR UMA NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL EM FAVOR DO RECONHECENDO DOS DIREITO DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS

A Hermenêutica é o ramo da ciência voltado para a interpretação das palavras, leis, ou textos dos mais variados tipos, ou seja, é fazer uma análise do texto. A principal função está em concretizar e entender a lei, cabendo ao juiz a complementação, a sua interpretação do direito. A cada decisão judicial existe uma interpretação diferente da lei positivada, de modo a buscar a melhor resolução dos conflitos dentro dos dispositivos legais, a hermenêutica deve buscar atender as necessidades sociais de acordo com cada época (TOLEDO, 2014, p. 141)/

Toledo (2014, p. 142) interpretando as ideias de Gadamer, afirma que:

Uma lei não quer ser entendida historicamente. A interpretação deve concretizá-la em sua validade jurídica [...] se quisermos compreender adequadamente o texto – lei ou mensagem de salvação –, isto é, compreendê-lo de acordo com as pretensões que o mesmo apresenta, devemos compreendê-lo a cada instante, ou seja, compreendê-lo em cada situação concreta de uma maneira nova e distinta. Aqui, compreender é sempre também aplicar.

A interpretação constitucional propõe rever os artigos da lei maior e adequar o Direito aos anseios sociais atuais, ou seja, o processo da interpretação deve acontecer no sentido de as normas jurídicas serem mais amplas e participativas tanto quanto possível, e não ficarem restritas apenas aos órgãos jurisdicionais. Desta forma, representa importantes inversões de dogmas e paradigmas do Direito, permitindo a evolução da Constituição de acordo com as mudanças culturais, histórias e sociais da sociedade moderna (TOLEDO, 2014, p. 143).

Atualmente o entendimento do Direito sem a inserção de todos os sujeitos da comunicação se demonstra equivocada. O movimento em prol dos direitos dos animais apresenta uma modificação ou uma busca do atual significado jurídico em relação aos animais não humanos. O debate acerca de uma hermenêutica jurídica que inclua os animais, perpassa pela mudança de paradigma em que diz que o Direito é destinado ao bem estar humano, em prol dos homens. Faz-se necessário

aceitar o direito dos animais, quanto a um novo movimento social que emerge na sociedade presente, atento às novas formas de exclusão social baseada não apenas na raça, sexo, no consumo ou na perda da qualidade de vida, e sim calcado na falta de respeito e consideração entre as espécies (SILVA, 2008, p. 250-251).

O movimento dos direitos dos animais se estabelece como uma forma de viver em uma sociedade mais digna, estabelecendo um novo pensar do Direito, inserindo no conteúdo jurídico um tratamento digno aos animais humanos e não humanos. A ampliação de um significado jurídico voltado aos animais relaciona um dever com o outro, e isto não deve depender de como é cada ser, suas características ou aptidões que possuem. A inteligência, aparência, a raça ou até mesmo a linguagem não podem ditar critérios ou diferenciações, legitimando a opressão, fazendo com que os homens fiquem em posições superiores, privilegiadas. Os animais humanos, tanto como os não humanos, possuem direitos que devem e precisam ser objetos de consideração. Saber e entender que os animais não humanos são dignos de direitos é repensar um novo e ampliado Direito, através de uma hermenêutica Constitucional que reafirme uma mudança ao Direito posto, onde o ordenamento jurídico é apenas um conjunto de regras criadas e impostas por autoridades para reger somente a vida de certos seres. A construção jurídica deve compor-se pela realidade vivente, correspondendo às reais necessidades de certo momento, e compondo em seu conteúdo os valores defendidos pelos movimentos e anseios sociais (SILVA, 2008, p. 253-256).

O ordenamento jurídico pátrio, como já visto, entende os animais não humanos como recursos em prol dos humanos, que servem para o uso do ser humano. Dessa maneira, as leis de proteção animal prescrevem certas coisas aos animais como mais espaço, menos dor, menor carga para os animais de tração, comércio de animais e outros. Com estes argumentos, torna menos cruel as práticas com os animais, não atacando assim o problema fundamental em relação aos animais que é o reconhecimento do direito moral à vida, integridade e liberdade do animal não humano, ou seja, um valor intrínseco a todos os seres (SILVA, 2008, p. 259).

Nas Constituições dos últimos séculos, se contempla tudo em favor dos humanos, representados como os cidadãos, e entendem-se como cidadão os seres dotados de razão, a eles destina-se o respeito à igualdade, liberdade, e dignidade. As democracias trazem então que os sujeitos de direito são os humanos, por além

de tudo, acharem possuir reciprocidade, respeitar um ao outro como igual. Justiça e democracia desde sempre foram idealizadas como igualdade de respeito, que devem incluir todos os iguais, mas não necessariamente todos capazes de sofrer dor, dano, e morte por ato de outros estranhos, e assim violadores da existencial animal (FELIPE, 2007, p. 271- 272).

Segundo Sônia Felipe (2007, p. 274), recorrendo às lições de Steven M. Wise, defende que se deve atribuir direitos fundamentais aos animais não humanos, pois eles possuem autonomia prática, pois possuem sensibilidade, consciência, desejos, cuidado de si e outros. Na proposta de uma revisão Constitucional, e atribuição de direitos aos animais não humanos, fica na mesma maneira como na liberdade humana, com o propósito de garantir a integridade física, ambiental e psíquica de cada um.

Em 1988 com a promulgação da atual Carta Magna houve uma significativa modificação na legislação brasileira. Com a evolução da sociedade no final do século XX, fez-se emergente um repensar, alterando os hábitos de viver. O Direito Ambiental tem uma conexão direta com a vida digna, viabilizando a realização do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, no qual está previsto na referida Constituição, assim, como verdadeiro protetor da dignidade à vida de forma geral, o direito dos animais como uma proteção aos animais não humanos, é sem dúvida um direito fundamental que faz parte do ordenamento jurídico brasileiro (ROSA, 2007, p. 405-407).

Somente com o advento da Constituição Federal de 1988, as normas ambientais ganharam *status* constitucional, passando o direito à proteção constitucional ser considerado direito fundamental. Indubitável considerar que a Constituição pátria é tida como uma das mais evoluídas no mundo, sendo que foi uma das primeiras a proteger expressamente a questão ambiental em seu texto. No caput do referido artigo, a redação constitucional traz claramente o objetivo de proteger o meio ambiente como um bem de uso comum do povo, para uma sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e ao povo brasileiro o dever de preservar. No mesmo artigo, no § 1º, inciso VII, vê-se claramente uma proteção específica aos animais não humanos, como dever do Poder Público, a saber: “[...] VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade” (FREITAS, 2010, p. 337).

A garantia ao meio ambiente equilibrado e saudável aconteceu por conta das crises ambientais, desencadeadas com o passar do tempo. Assim, os perigos ambientais e as catástrofes naturais vieram como novos problemas ecológicos e demonstravam o fracasso estatal em conter problemas ambientais (OLIVEIRA, 2017, p. 51).

O caput do artigo 225 da Constituição pátria traz um viés antropocêntrico, porém observa-se um certo equilíbrio nos parágrafos e incisos com um paradigma mais biocêntrico, onde a possibilidade de o meio ambiente ser equilibrado só seria possível com respeito mútuo entre as formas de vida. Como já visto, o direito dos animais e o Direito Ambiental tem certo amparo Constitucional, porém ocorre uma mitigação com as leis infraconstitucionais que ignoram o que diz a nossa Lei Maior. Embora o Direito Ambiental venha sido discutido por décadas, perde com a efetivação das leis, tanto o legislador como os aplicadores do direito, os quais têm a obrigação de tornar efetiva a norma constitucional (FERNANDES, 2016, p. 53-54).

Leite, Ayala e Silveira (2016, p. 240), explicam que diante desse antropocentrismo que ainda se vê na Constituição, tem-se a importância da hermenêutica Constitucional:

Nesse contexto, emerge a importância de uma hermenêutica jurídica ambiental, em vista da necessidade de uma interpretação adequada da norma no Estado de Direito Ambiental. Por mais que a Constituição permaneça em sua maioria inalterada, o intérprete deve perceber o movimento dialético do Direito, fortalecendo a particularidade de uma Hermenêutica Ambiental, e, ainda, pelo de fato de “a ordem jurídica ambiental ser dotada de conceitos vagos, confusos, amplos e indeterminados, além da intensa discricionariedade administrativa que é concedida ao Executivo”.

Diante de tudo isso e do caráter antropocêntrico da legislação Constitucional brasileira, nota-se que o texto da nossa Constituição é bastante abrangente, tendo dessa forma, alguma abertura para interpretações infraconstitucionais quanto aos direitos dos animais não humanos e do meio ambiente como um todo.

Segundo Silva (2014), o Constituinte da nossa atual Constituição deixou a Carta aberta para interpretações em prol de direitos para os animais. Através de uma hermenêutica evolutiva pós-humanizada, demonstra-se, a partir do texto político-jurídico, o surgimento de quatro princípios norteadores da matéria: a) dignidade animal; b) antiespecismo; c) não-violência; e d) veganismo.

O princípio da dignidade animal, pelo entender de Silva (2014, p. 101), renova a relação entre as normas e os valores sociais, direcionando uma obrigação moral direta para com os animais, um dever de pós-humanidade em que aqueles que o sentem (os animais não humanos) não são os responsáveis por tal sofrimento, não sendo certo tratá-los indignamente, visto terem direitos.

Já o princípio constitucional do antiespecismo busca dizer que a preocupação e o respeito com as outras espécies de vida não deve depender de como são ou das aptidões que possuem. O fato de que nem todos seres são membros da espécie humana não dá o direito de explorá-los, nem significa que se possa deixar de levá-los em consideração (SINGER, 2004 apud SILVA, 2015, p. 104).

O princípio da não violência, fundamenta o Direito Animal apontando a direção correta de um respeito pelos humanos em relação aos seres não humanos. Esta relação de respeito será atingida por meio de mudanças na percepção pública dos animais não humanos, reconhecendo os direitos destes seres e não os considerando como objetos de prazer, pesquisa, entretenimento, ou seja, uso por parte do homem.

Já o princípio do veganismo concentra-se na ética ecocêntrica, busca a não exploração (qualquer forma) dos animais não humano pelos humanos.

Assim, a análise dos princípios constitucionais em favor dos animais não humanos deve reconhecer uma nova postura por parte dos poderes públicos, no sentido de promover a efetiva reforma social e a consolidação da democracia, visando à defesa e à concretização dos direitos fundamentais (SILVA, 2014, p. 95).

Apesar desse cenário jurídico que vivemos quanto ao meio ambiente e os animais não humanos, algumas decisões proferidas já mostram uma possibilidade de alargamento, e de uma relativa mudança nesse viés conservador/antropocêntrico, como por exemplo, um caso bem emblemático é o caso da Farra do Boi, de 1997, quando entidades de proteção animal foram a juízo demonstrar que o que ocorre nessa tal “comemoração” era um exemplo de maus-tratos, crueldade com os animais e não uma questão cultural. Assim, em primeira instância o juiz não aceitou o pleito, trazendo que não haviam fundamentos legais para o da Farra do Boi, mas enfim em fase recursal, no Supremo Tribunal Federal, o Ministro Francisco Resek, em seu voto afirmou que o artigo 225, § 1, VII da Constituição deveria ser sim aplicado ao caso, visto ser uma forma evidente de crueldade com os animais. A

decisão do Supremo Tribunal Federal foi no sentido de que a Farra do Boi era uma cultura de crueldade para com os não humanos e que, invariavelmente, resultava na morte do animal durante as práticas e, conseqüentemente, deveria ser banida. Dessa forma, a farra do boi é proibida pelo art. 225, § 1, VII da Constituição Federal de 1988, foi julgada inconstitucional no Recurso Extraordinário n. 153.531-8/SC (MEDEIROS; ALBUQUERQUE, 2013).

Além de alguns julgados em prol dos não humanos, o Brasil já possui alguns projetos que caminham na direção da descoisificação animal, e busca o rompimento com o antropocentrismo. Um projeto destaque é o Projeto de Lei nº 6.799/2013, e o autor é o Deputado Ricardo Izar, esse projeto visa criar um novo regime jurídico para os animais, os incluindo na categoria de sujeitos de direito, porém como entes despersonificados. O projeto é claro quanto a vedação dos animais não humano como coisas (BRASIL, 2013).

O Brasil necessita de legislações específicas em prol dos animais não humanos, e estabelecimentos de normas que punam imediatamente o causador de dor e danos aos animais. A positivação de proteção aos não humanos encontra-se em primeiro viés como responsabilidade do legislador, porém o antropocentrismo implementado na nossa cultura limita a produção e edição das normas jurídicas. Vê-se então de uma forma bastante ampla que Constituição Federal Brasileira é subjetiva e pouco aplicada nesse caso exposto, por isso, é necessária uma mudança quanto aos não humanos, tanto por parte dos três poderes, quanto pela sociedade no geral (FERNANDES, 2016, p. 64-65).

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou o estudo do direito dos animais não humanos, fazendo um pequeno giro descolonial, a fim de reconhecer direitos aos não humanos e entender como a cultura brasileira foi formada e porque esses paradigmas vigoram até os dias atuais.

O positivismo jurídico, como trazido no primeiro capítulo, é aquele posto, firmado pelo Estado, decorrente das leis, assim, os direitos dos seres humanos foram impostos na concepção do juspositivismo, pois a experimentação e a observação levaram à conclusão de que somente haviam direitos se os mesmos fossem postos e garantidos pela autoridade. A formação do juspositivismo foi dada por um processo eurocêntrico de civilização, onde os Europeus impuseram sua “civilização” aos brasileiros, em prol de seu benefício, e em benefício da população europeia.

Ao longo do século XIX, no período do fortalecimento colonial, a antropologia serviu para caracterizar os povos ditos como inferiores e selvagens, que precisavam (passavam pelo período de colonização) dessa civilização Europeia, servindo para posicionar o povo europeu como superiores aos colonizados. Essa racionalidade (civilização) mudou a visão do mundo do paradigma teocêntrico para o antropocêntrico, nesse novo modo de ver e viver o mundo iniciou-se um confronto entre seres humanos e natureza. A cultura Ocidental, baseada no capitalismo, voltada para o financeiro, impôs a ideia de que os animais eram inferiores aos homens, onde os animais não humanos tornaram-se propriedade dos humanos. Esse encontro entre Europa e América, deixou os animais não humanos e os animais humanos em posições oponentes.

O direito civil clássico brasileiro, como consequência do processo colonizador de formação do antropocentrismo, seguiu a teoria dos animais não humanos como propriedade, considerando-os atualmente ainda como coisas, propriedades e ou bens. Assim, para o direito civil, o animal ainda é coisa ou bem semovente, no direito penal objeto material e, no direito ambiental, bem ou recurso natural.

Dentre tudo isso, discutiu-se a possibilidade de considerar os animais não humanos como sujeitos de direitos.

Muitos defendem a superioridade humana devido a características físicas e mentais, porém por or meio de estudos comprove-se que os animais não humanos possuem *animus*, que até então era uma característica somente dos humanos, influenciado pelo egoísmo do antropocentrismo.

Verifica-se que a Constituição Federal de 1988, trouxe pela primeira vez a questão ambiental, porém apesar de inovador, não superou o antropocentrismo, de modo que ainda traz que a natureza deve ser protegida pelo interesse dos homens.

Se o positivismo jurídico negou, e ainda nega, ao ambiente um valor intrínseco, essa tradicional concepção antropocêntrica começa a mudar com a concepção biocêntrica, que traz ao homem sua condição de uma simples espécie dentre tantas outras que integram o planeta terra.

Como exposto, a visão atual dos Tribunais brasileiros ainda é quase em toda parte antropocêntrica em relação ao Direito Ambiental no Brasil, porém já pode-se notar um pequeno avanço na preocupação dos magistrados e legisladores em proteger a natureza e os animais.

Como visto, segundo Kelsen tudo pode virar direito. O direito é um ato de vontade de uma autoridade. Portanto, o conteúdo das normas jurídicas – inclusive um eventual reconhecimento de que animais não humanos são titulares de direitos – constitui escolha das autoridades.

As normas acerca da tutela jurídica dos animais não humanos, continuam a tutelá-los enquanto meros objetos e não sujeitos de direito, e isso, contribui para ineficácia das legislações em prol dos animais

O direito dos animais e o Direito Ambiental após a promulgação da Carta de 1988 passaram a ter um certo amparo Constitucional, porém ocorre uma mitigação com as leis infraconstitucionais que ignoram o que diz a lei maior.

Não há mais como fundamentar a forma errônea como são tratados os animais na equivocada justificativa de que eles existiriam para satisfazer as necessidades da espécie humana.

Verificou-se também que muito embora, o debate sobre o tema é antigo, efetivamente poucas foram as mudanças concernente ao assunto, pois aos animais quase nenhum direito foi concedido.

É necessário reestabelecer, reinventar o nosso ordenamento jurídico vigente com a finalidade de que se reconheça direito aos animais, considerando ser essencial uma análise dos institutos jurídicos, avançando em relação à visão

antropocêntrica, a fim de que se possam reconhecer direitos aos animais não humanos.

Ante o exposto, é necessário desconstruir a coisificação animal criada pela nossa colonização, voltada ao antropocentrismo que está enraizado no ordenamento jurídico pátrio, para então positivizar um enquadramento justo, retirando os animais da categoria de coisas e os reservando direitos básicos. Não é mais possível adiar a importância da consideração dos interesses dos animais não humanos, tendo em vista, para isso, reconhecer que mudanças no ordenamento jurídico pátrio são extremamente necessárias. Em suma, não há mais como ignorar a dinâmica de um ordenamento jurídico que favorece o egoísmo de alguns, o capitalismo, em detrimento do desenvolvimento e continuidade da vida de muitos seres.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, Leonardo Cesar de.; AGOSTINI, Kátia Rovaris de. A interpretação judicial brasileira: ato de conhecimento ou ato de vontade?. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí, v. 2, n. 3, set. 2007. Disponível em: <www.univali.br/direitoepolitica>. Acesso em: 05 set. 2018.

BARATELA, Daiane Fernandes. Ética ambiental e proteção do Direito dos Animais. **Revista Brasileira do Direito Animal**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 73-93, jul. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/12119/8661>>. Acesso em: 10 set. 2018.

BARBOSA-FOHRMANN, Ana Paula; KIEFER, Sandra Filomena Wagner. Para além do antropocentrismo: uma proposta de reflexão. **Revista Brasileira do Direito Animal**, Salvador, v. 11, n. 22, p. 15-49, mai. 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/1-QrG11NliK3-IFJmxhYRwjRsYC4x44Ra>>. Acesso em: 26 set. 2018.

BARBOSA, Livia Neves de Holanda; DRUMMOND, José Augusto. Os direitos da natureza numa sociedade relacional: reflexões sobre uma nova ética ambiental. **Revista dos Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 714, p. 265-289, jan. 1994. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1987/1126>>. Acesso em: 10 set. 2018.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**. 5ª ed. Editora Saraiva, 2015.

BECHARA, Érika. **A proteção da fauna sob a ótica constitucional**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003, p. 72.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico**: lições de filosofia do direito. São Paulo: Ícone, 1995.

BOFF, Leonardo. **Princípio da compaixão e cuidado**: encontro entre Ocidente e Oriente. 168 p. 4ª ed. Petrópolis: Vozes. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2018.

_____. **Decreto nº 24645, de 10 de julho de 1934**. Estabelece Medidas de Proteção Ao Animal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24645.htm>. Acesso em: 18 out. 2018.

_____. **Lei nº 10.406, publicada em 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 25 mai. 2018.

_____. **Projeto de Lei nº 6799, apresentado em 20 de novembro de 2013.** Acrescenta parágrafo único ao art. 82 do Código Civil para dispor sobre a natureza jurídica dos animais domésticos e silvestres, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=601739>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**. 296 p. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

CARDOSO, Haydée Fernanda. Os animais e o Direito: Novos Paradigmas. **Revista Brasileira do Direito Animal**, Salvador, v. 2, n. 2, p.115-147, jan. 2007. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10294>>. Acesso em: 29 out. 2018.

CHALFUN, Mery. Paradigmas filosóficos- ambientais e o direito dos animais. **Revista Brasileira do Direito Animal**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 5, p. 209-246, jan. 2010. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/11078/8154>>. Acesso em: 01 set. 2018.

_____; CONSENZA, Francesca Odetta Santos Ribeiro. Direito dos animais e o controle da Leishmaniose: novas perspectivas. **Revista de Biodireito e Direito dos Animais**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 23-41, jul. 2018. Disponível em: <<http://www.indexlaw.org/index.php/revistarbda/article/view/4224/pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Para entender Kelsen**: prólogo do Tercio Sampaio Júnior. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

COIMBRA, José de Avila. **O outro lado do meio ambiente**. 527 p. Campinas: Millennium, 2002.

COLAÇO, Thais Luzia; DAMAZIO, Eloise de Silveira Petter (Org.). **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América latina**: o Direito e o pensamento decolonial. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99625/VD-Novas-Perspectivas-FINAL-02-08-2012.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

DIMOULIS, Dimitri. **Positivismo jurídico**: introdução a uma teoria do direito e defesa do pragmatismo jurídico-político. São Paulo: Método, 2006.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à Ciência do Direito**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito reais**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

FAUTH, Juliana de Andrade. **A natureza jurídica dos animais**: rompendo com a tradição antropocêntrica. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVIII, n. 143, dez 2015. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16684>. Acesso em: 01 jun. 2018.

FEIJÓ, Anamaria Gonçalves dos Santos; SANTOS, Cleopas Isaías do; GREY, Natália de Campos. O animal não-humano e seu status moral para a ciência e o direito no cenário brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 5, p. 153-167, jan. 2010. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/11076>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

FELIPE, Sônia. **Ética e experimentação animal**: Fundamentos abolicionistas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

FERNANDES, Suelen de Souza. Direitos dos animais e a problemática da efetividade da norma constitucional. **Revista de Biodireito e Direito dos Animais**, Brasília, v. 2, n. 1, p.49-69, jan. 2016. Disponível em: <<http://indexlaw.org/index.php/revistarbda/article/view/301/pdf>>. Acesso em: 24 out. 2018.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**: Técnica, decisão, dominação. 8. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2015.

FERRAZZO, Débora. **Pluralismo jurídico e descolonização constitucional na América Latina**. 2015. 464 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, UFSC, Florianópolis, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/133231/333654.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 08 out. 2018.

_____; WOLKMER, Antônio Carlos. Interculturalidade, meio ambiente e constitucionalismo: novas perspectivas sociais. p .19-42. In: BRAVO, Alvaro Sanchez. CERVI, Jackson Roberto. **Multiculturalismo, tecnologia y medioambiente**, 2015.

FIÚZA, Cezar. **Direito Civil**: Curso Completo. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

FREITAS, Renata Duarte de Oliveira. Proteção jurídico-constitucional do animal não-humano. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 10, n. 7, p. 325-344, jan. 2010. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/8405/6024>>. Acesso em: 24 out. 2018.

GARNER, Robert. Ideologia Política e o Status Jurídico dos Animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Direito Internacional, v. 9, n. 17, p.15-40, ago. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/12973/9280>>. Acesso em: 01 set. 2018.

GOMES, Ariel Koch. Direito Ambiental: natureza como um bem da humanidade ou como sujeito de direitos? Campo Jurídico. **Revista de Direito Agroambiental e Teoria do Direito**. v. 1. n. 2. p. 95-124. out. 2013. Disponível em: <<http://www.fasb.edu.br/revista/index.php/campoajuri-dico/article/view/27/23>>. Acesso em: 26 de set. de 2018.

GONÇALVES, Daniel Diniz; TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. Giro ecocêntrico: do Direito Ambiental ao Direito Ecológico. **Revista Brasileira de Direito Animal** v. 1, n. 8, p. 138-157, 2018. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/4903/3347>>. Acesso em: 03 out. 2018.

GOUVEIA, Claudia, et al. A Posituação dos Direitos da natureza na Constituição equatoriana e sua compatibilidade com as propostas do movimento da ecologia profunda. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 8, n. 12, p. 95-111, ago. 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/8388/6006>>. Acesso em: 30 out. 2018.

GROSFOGUEL, Ramón. **Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri-versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas**. In: CASTROGÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre-lesco: Pensar. 2007.

HACHEM, Daniel Wunder; GUSSOLI, Felipe Klein. Animais são sujeitos de direito no ordenamento jurídico brasileiro? **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v. 13, n. 3, p. 141-172, set. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/24381/15021>>. Acesso em: 01 set. 2018.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 6ª. ed. Coimbra: Arménio Amado, 1984.

_____. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Teoria Pura Do Direito**. 5ª. ed. Editora Revista dos Tribunais, 2007.

KLEVENHUSEN, Renata Braga. Pela não reificação dos animais: a caminho da concretização do estado constitucional ecológico. **Revista Brasileira de Direito**, v. 9, n. 16, p. 149-182, mai. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/12122/8664>>. Acesso em: 01 out. 2018.

LAGES, Cíntia Garabini; BASILE, Rafael Faria. **Interpretação jurídica como ato de conhecimento e ato de vontade: uma análise crítica acerca da teoria interpretativa de Hans Kelsen**. 2012 . Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6ba3af5d7b2790e7>>. Acesso em: 31 out. 2018.

LARAIA, Roque de Barros. **Da ciência biológica a social: a trajetória da antropologia no século XX**. Goiânia: Habitus, v. 3, 2005.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo; SILVEIRA, Paula Galbiatti. **Estado de Direito Ambiental e Sensibilidade Ecológica: os Novos Desafios à Proteção da Natureza em um Direito Ambiental de Segunda Geração**. In: WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. (Org.). p. 223-260. Os “novos” direitos no Brasil: natureza e perspectivas: uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. 3 ed., São Paulo: Saraiva, 2016. p. 461.

LEVAL, Laerte Fernando. **Direito dos animais**. 2. ed. rev, atual e ampl. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2004.

_____. Crueldade Consentida: Crítica a razão antropocêntrica **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 1, n. 1, p.171-190, mai. 2006. Disponível em:

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10246/7303>>. Acesso em: 27 set. 2018.

LEVAL, Laerte Fernando. **Ética ambiental biocêntrica**: pensamento compassivo e respeito à vida. In: ANDRADE, S. (org.). *Visão abolicionista: ética e direitos animais*. São Paulo: Libra Três, 2010.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Ética ambiental e o valor do mundo natural**. 2012. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=831caa1b600f852b>>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____, Lúcio Augusto Pimentel. Teoria Pura do Direito (segundo o pensamento de Hans Kelsen). **Jurismat: Revista Jurídica nº 10**. 2017. p. 49-70.

MAIA NETO, João Carlos. Escola da Exegese. **Revista Jurídica da Faculdade 7 de Setembro**, v. , n. , p.171-181. 2006 Disponível em: <<http://www.uni7.edu.br/periodicos/index.php/revistajuridica/article/view/195>>. Acesso em: 24 out. 2018.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; ALBUQUERQUE, Letícia. **Constituição e animais não-humanos**: um impacto no direito contemporâneo. 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=1845faa2957cb42b>>. Acesso em: 24 out. 2018.

MELO, Liana Holanda de. **Hermenêutica jurídica**: a escola da exegese e o mito da neutralidade. 2018. In: *Âmbito Jurídico*. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9031>. Acesso em: 24 ago. 2018.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**: Parte Geral. v .1. 39ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

OLIVEIRA, Kaluaná Furtado. **O direito dos animais e a quarta dimensão dos direitos fundamentais**: análise da jurisprudência do STF. 2017. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Uniceub, Brasília, 2017. Cap. 2. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/11265/1/21270847.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2018.

_____, Liziane Paixão Silva; FREITAS, Riva Sobrado de; SOUSA, Simone Letícia Severo e. **Biodireito**. XXIV Encontro Nacional do CONPEDI – UFS. Florianópolis: CONPEDI, 2015.

PACHECO, Cristiano de Souza Lima. A Constituição do Equador e o direito dos animais em um mundo em transformação. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 7, n. 10, p. 346-364, jan. 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/8406/6025>>. Acesso em: 02 out. 2018.

PASOLD, César Luiz. **Ensaio sobre a ética de Norberto Bobbio**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.

REGAN, Tom. **Jaulas Vazias**: encarando o desafio do direito dos animais. Raleigh: Lugano, 2005. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/22840581/tom-regan-jaulas-vazias>>.

regan-jaulas-vazias-encarando-o-desafio-dos-direitos-animais>. Acesso em: 28 ago. 2018.

RODRIGUES, Danielle Tetu. **O direito e os animais**: Uma abordagem ética, filosófica e normativa. Curitiba: Juruá Editora, 2003.

ROSA, Thaise Santos da. Os direitos fundamentais dos animais como seres senscientes. **Revista do Curso de Direito do Centro Universitário Metodista-IPA**, v. 2, n. 1, p. 395-433, 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ipa/index.php/direito/article/view/620>>. Acesso em: 24 out. 2018

SANTANA, Heron José de. **Direito Ambiental Pós Moderno**. São Paulo: Jurua, 2009.

SCHERWITZ, Débora Perillo. As visões antropocêntrica, biocêntrica e ecocêntrica do Direito dos animais no Direito Ambiental. **Revista Direito e Sociedade**. Universidade Zumbi dos Palmares. v. 3. n. 1. 2015.

SILVA, Tagore Trajano de Almeida. Direito animal e hermenêutica jurídica da mudança: a inserção da linguagem dos movimentos sociais em um novo significado jurídico. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 3, n. 4, p. 247-264, 2008. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/10468/7476>>. Acesso em: 22 out. 2018.

_____. **Direito animal e ensino jurídico**: formação e autonomia de um saber pós-humanista. Tese (Doutorado) – Curso de Direito. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2014.

_____. Princípios de proteção animal da Constituição de 1988. **Revista de Direito Brasileira**. v. 11, 2015.

SINGER, Peter. **Libertação Animal**. Tradução de Marly Winckler. 488 p. 1ª ed. Porto Alegre: Lugano, 2004.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação as plantas e os animais. São Paulo: Schwarcz LTDA., 1988.

TINOCO, Isis Alexandra Pincella; CORREIA, Mary Lúcia Andrade. Análise crítica sobre a declaração universal do direito dos animais. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 7, n. 5, p. 169-195, jul. 2010. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/11043/7964>>. Acesso em: 17 out. 2018.

TAKEDA, Tatiana Oliveira. **O positivismo jurídico de Norberto Bobbio**: parte I. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7205>. Acesso em: 22 mai. 2018.

TOLEDO, Maria Izabel Vasco de. A importância da Hermenêutica jurídica no processo de superação da tradição moral antropocêntrico-especista e seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Animal** v. 9, n. 15, p. 131-172, mar. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/RBDA/article/view/11311/8163>>. Acesso em: 01 out. 2018.

UNIVERSIDADE DE MONTANA. **William O. Douglas**. 2007. Wilderness Connect. Disponível em: <<https://www.wilderness.net/nwps/douglas>>. Acesso em: 26 out. 2018.

ZANON JÚNIOR, Orlando Luiz. **Teoria complexa do direito**. 2 ed. rev ampl. Curitiba: Ed. Prismas, 2015.

WOLKMER, Antonio Carlos; MELO, Milena Petters. **Constitucionalismo latino-americano**: tendências contemporâneas. Curitiba: Juruá, 2013.

WOLKMER, Antonio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. **Os "novos" direitos no Brasil**: Natureza perspectivas - Uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. 461 p.